

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ESTE DOCUMENTO FOI OBTIDO ATRAVÉS DO

PROGRAMA
DE COMUTAÇÃO
BIBLIOGRÁFICA

CAPES/SESU/FINEP/BICT

EM GRUPO E MAIS FAZ
ASSOCIATIVISMO RURAL E EM
ORIZONA - GOIÁS

LISSANA
ORIENTADOR: DOUTOR JALDIR

GOIÂNIA

2002

UNIVERSIDADE DE GOIÁS

UNIVERSIDADE DE GOIÁS

CAMPO-FORNOZ - GOIÁS

JUSSANA MARIA TAVARES

**EM GRUPO É MAIS FÁCIL – ASSOCIATIVISMO RURAL
E EDUCAÇÃO EM ORIZONA-GO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da FE/UFG, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Professor Doutor Jadir de Moraes Pessoa.

200402 0323

T631.115.8:37(817.3Orizona) T



1367156

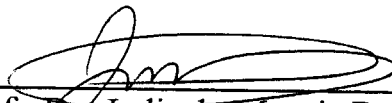
GOLÂNIA

2002

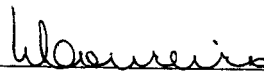
JUSSANA MARIA TAVARES

***EM GRUPO É MAIS FÁCIL – associativismo rural e educação
em Orizona-GO***

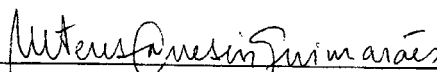
Dissertação defendida e aprovada em 10 de outubro de 2002, pela
Banca Examinadora constituída pelos professores.



Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa
Presidente da Banca



Prof. Dr. Walderês Nunes Loureiro



Prof. Dr. Maria Teresa Canesin Guimarães

Muito legal, Muito Agitada

A APAMAC foi um das coisas mais legais. A maior diversão da fazenda. Venho aqui para brincar com meus amigos jogar bola, tomar Refrigerantes etc.



(Hugo, 10 anos. Filho de sócio da Apamac)

AGRADECIMENTOS

À gente que me deu caronas e gente que foi carona comigo em muitas andanças.

A pessoas que me emprestaram livros, textos, dinheiro.

A colegas que me presentearam com livros, palavras de incentivo.

A amigos e parentes em Goiânia que me acolheram em *pousos*, durante meses, semanas ou dias em que precisei por lá ficar.

A irmãos, primos, tios e à vizinhança que cuidaram do meu quintal enquanto estive fora.

À gente que cedeu suas vozes e deu vida ao texto final. Muitas pessoas não mediram tempo e acharam em *algum guardado*, livros de atas, fotografias, dados, casos, lembranças que foram a base da pesquisa. Nesses encontros, ganhei muitos amigos.

Enfim, aos que acreditam que o viver no campo e do campo é possível. Dentre eles, os envolvidos com a Apamac; a minha família, especialmente meus pais que na e da terra, sempre viveram; e a meu orientador que compartilhou comigo a enriquecedora experiência de encontrar educação em lugares imprevisíveis e, sobretudo, respeitou o meu jeito de produzir.

O meu agradecimento é também uma dedicatória a todos vocês!

LISTA DE FIGURAS

Figura nº 1 – Primeira construção da igreja matriz de Orizona -----	38
Figura nº 2 – Primeiras construções do largo da matriz em Orizona -----	38
Figura nº 3 – Festa religiosa-----	38
Figura nº 4 – Carro de boi-----	39
Figura nº 5 – Aula particular-----	39
Figura nº 6 – Grupo de amigos em dia de festa-----	40
Figura nº 7 – Mutirão de bateção de pasto -----	40
Figura nº 8 – Visita da Acar-Go a uma propriedade rural -----	90
Figura nº 9 e nº 10 – Missa em comunidade rural -----	91
Figura nº 11 e nº 12 – Mutirão de fiandeiras-----	92
Figura nº 13 – Curso de culinária-----	93
Figura nº 14 – Aprendendo cortar cabelo-----	93
Figura nº 15 – Aprendendo técnica de lidar com horta doméstica-----	94
Figura nº 16 – Pai e filhos plantando roça -----	94
Figura nº 17 – Colhendo verduras-----	95
Figura nº 18 – Famílias reunidas com uma mediadora-----	95
Figura nº 19 – Vistoriando a plantação -----	96
Figura nº 20 – Mutirão para construção de privadas -----	96
Figura nº 21 – Plantando roça-----	97
Figura nº 22 – Produtores reunidos com mediador -----	97
Figura nº 23 e nº 24 – Mutirão de silagem -----	98
Figura nº 25 e nº 26 – Mutirão de silagem -----	99
Figura nº 27 – Mutirão de silagem -----	100
Figura nº 28 – Hotel de criação de bezerras-----	101
Figura nº 29 – Gado alimentando-se de silagem-----	101
Figura nº 30 – Ordenha mecânica -----	102
Figura nº 31 – Ordenha manual-----	102
Figura nº 32 – Plataforma de recebimento de leite da Coapro -----	103
Figura nº 33 – Tanque de expansão -----	103
Figura nº 34 – Assembléia da Coapro -----	104

Figura nº 35 – Inauguração da Efaori -----	104
Figura nº 36 –Sede própria da Apamac -----	135
Figura nº 37 – Time de futebol -----	135
Figura nº 38 – Folia de Reis-----	136
Figura nº 39 – Time de futebol -----	136
Figura nº 40 – Fazendo silagem -----	137
Figura nº 41 – Truco -----	137
Figura nº 42 – Preparando almoço -----	138
Figura nº 43 – Dia de Campo -----	138
Figura nº 44 – Torcida de futebol -----	139
Figura nº 45 – Preparando lanche -----	139
Figura nº 46 – Fazendo silagem -----	140
Figura nº 47 – Crianças jogando futebol-----	140
Figura nº 48 – Encerramento de curso-----	141
Figura nº 49 – Crianças brincando -----	141
Figura nº 50 – Torneio de truco-----	142
Figura nº 51 – Festa religiosa -----	142
Figura nº 52 – Time de futebol -----	143
Figura nº 53 – Apamac, políticos e outros parceiros -----	143

SIGLAS

- ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
- Acar – Associação de Crédito e Assistência Rural
- ADCO – Associação do Desenvolvimento Comunitário de Orizona
- Agênciarural – Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário
- Apac – Associação dos Pequenos Agricultores da Cachoeira
- Apamac – Associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros
- ARO – Associação Rural de Orizona
- Campo – Centro de Apoio aos Míni e Pequenos Produtores Rurais e suas Organizações
- Cang – Colônia Agrícola Nacional de Goiás
- CDE – Conselho de Desenvolvimento do Estado
- Ceappro – Central das Associações dos Produtores Rurais de Orizona
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
- CGC – Cadastro Geral do Contribuinte
- CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
- CMC – Congregação Mariana da Cachoeira
- CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
- Coapro – Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Orizona Ltda
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CSRO – Centro Social Rural de Orizona
- CTL – Centro de Treinamento de Líderes
- Credifer – Cooperativa de Crédito Rural de Orizona
- EFA – Escola Família Agrícola
- Efaori – Escola Família Agrícola de Orizona
- Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- Fago – Frente Agrária Goiana
- FCO – Fundo Constitucional da Região Centro-Oeste
- Fetaeg – Federação dos Trabalhadores da Agricultura/GO
- FE/UFMG – Faculdade de Educação/Universidade Federal de Goiás

Idago – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
JL – Laticínios JL /Ltda
Itambé – Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais/Ltda
MEB – Movimento de Educação de Base
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OSTR/GO – Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais de Goiás
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PMDR – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PNSP – Paróquia Nossa Senhora da Piedade
Pronaf – Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSD – Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
SR – Sindicato Rural
SRO – Sindicato Rural de Orizona
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STRO – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orizona
UDN – União Democrática Nacional
UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	12
CAPÍTULO I – O RURAL EM ORIZONA: HISTÓRIA DE CAÇADOR E OUTRAS HISTÓRIAS -----	20
1.1 Desbravadores, aventureiros, destemidos -----	21
1.2 Outras histórias -----	26
CAPÍTULO II – A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DOS AGENTES RURAIS EM ORIZONA -----	41
2.1 Igreja católica e partido comunista brasileiro definem as primeiras ações -----	42
2.2 Novos atores entram em cena – a ação dos padres italianos -----	54
2.3 Novas ações entram no jogo – associativismo, cooperativas, escola família agrícola -	71
CAPÍTULO III – O LUGAR DA EDUCAÇÃO NOS AFAZERES DA APAMAC -----	105
3.1 Iniciou-se com a oração -----	107
3.2 Mutirão: um grupo pequeno -----	110
3.3 Assuntos posteriores -----	113
3.3.1 Sócios, esposas, filhos, vizinhos -----	114
3.3.2 Outras ações enfrentadas -----	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	146
ANEXOS -----	149

ABSTRACT

It is easier in group – rural community and education in Orizona–GO intends to analyze the educative action from the constitution and the little farmers association development. In order to catch and comprehend the pedagogic dimension of such an action, their collective subjects base this work on the case study of ethnographic origin, option that responds to a rural world complexity and, consequently, to the actions developed. The Mata Velha, Água Grande and Coqueiros Little Farmers Association (*Apamac*), an association chosen for this case study, is just an unit inside a large and heterogeneous universe of the collective subjects involved with the rural cause in the municipal district: *Comunidades Eclesiais de Base (CEB), Sindicato Rural SR, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Centro Social Rural de Orizona (CSRO), Escola Família Agrícola (EFA), Associações de Pequenos Agricultores, Cooperativas*. It is from this universe that the education, self-constructed on the cultural, social, economic and religious practices set of the people involved in the association business, is analyzed in this work.

INTRODUÇÃO

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional não é o seu único praticante.

Carlos Rodrigues Brandão

Com essa concepção universal e ampla de educação, que se contrapõe àquelas que centralizam a ação pedagógica na escola, se pode conhecer e reconhecer os processos educativos que acontecem em espaços que não possuem a relação institucionalizada de quem ensina e de quem aprende.

Quando se pensa em educação, fotografa-se a imagem de uma escola. Junto a ela, vem uma série de outras imagens: programas educacionais; discursos calorosos em favor da escola pública, gratuita e de qualidade; formação de professores; avaliação qualitativa; fracasso escolar. Isso e muito mais têm dado à educação uma visibilidade até então não percebida, o que não significa, necessariamente, ações efetivas correspondentes. No entanto, tem garantido legitimidade à questão, colocando-a não apenas na pauta de prioridades das propostas governamentais, mas também na de representantes da sociedade civil em geral. É a crise na e da escola. Crise que abre espaços e possibilidades para reflexões acerca da educação que acontece em locais que não a escola e acerca da escola, como um dos momentos possíveis de acontecer a ação pedagógica.

De acordo com Gohn (1994) sempre que a educação esteve na ordem do dia, o país vivia períodos de crise econômica redefinindo modelos de acumulação de capital e, sobretudo, constituindo novos atores sociais como sujeitos da cena política nacional. O ciclo de reformas educacionais brasileiras teve seu ponto mais expressivo no Movimento da Escola Pública na década de 1950, não só porque buscou a universalização da escola pública, mas também porque fomentou experiências e propostas para a educação informal. Esse caráter inovador da educação brasileira ressurgiu na década de 1980, no clima do pós-regime militar, acrescentando à educação a prática educativa de grupos sociais organizados em movimentos e associações populares. Práticas que ganharam força na década de 1990, pois “a sociedade como um todo aprendeu a organizar e a reivindicar seus direitos de

cidadania, a partir da contestação da qualidade de não-cidadãos que são na prática” (Gohn, 1994, p. 8).

Gohn (1994, p. 9), conceitua as organizações populares como “experiências educativas, questionadoras do status quo vigente, preocupadas não só com a aquisição de bens materiais, mas também com a qualidade de vida que estamos construindo, com o projeto para o futuro que estamos gestando no presente”. Dessa forma, a relação educação e movimentos sociais possui um elo de ligação que é a questão da cidadania. Essa questão também está “presente ao mesmo tempo, na fala de grupos que detêm o poder e [na] daqueles que reivindicam condições mínimas de sobrevivência” (Ribeiro, 1997, p. 21).

Um outro elo de ligação é a dimensão política que permeia as práticas sociais. Se os movimentos sociais, no entender de Gohn (1994), questionam a hegemonia e a relação dominantes-dominados, eles são, pois, uma prática eminentemente política. Assim, a dimensão política da prática educativa dos movimentos sociais envolve a apropriação de instrumentos culturais – materiais e ideológicos – que serão usados na luta entre os antagônicos. Compreender a educação com base nesses elementos significa percorrer um caminho diferente daquele proposto pela história oficial da educação brasileira, resumida a ações que envolvem a escola. Contada dessa forma, a história da educação restringe-se à história dos que têm acesso à escola, excluindo os marginalizados por ela ou os que dela se evadem.

A realidade sobre educação e movimentos sociais no Brasil estava até a década de 1960, vinculada a uma educação popular concebida em programas definidos como o Movimento de Educação de Base (MEB) e sistema Paulo Freire. Na década de 1970, surgiram, de forma mais organizada, alternativas políticas possíveis, em meio à sociedade civil, que buscavam uma saída para o regime militar. A educação popular, até então formalizada, abriu-se para mais um campo de abrangência: os movimentos sociais que se desenvolveram com a iniciativa própria da população expropriada em seus direitos. Esse novo momento, que é também de ruptura na concepção de educação popular, é assim definido por Gohn (1994, p. 47): “assume-se o caráter político dos trabalhos e desassume-se seu caráter de educação para a alfabetização e/ou escolarização entrecortado pela politização. A politização não passa mais, necessariamente, pela aquisição de rudimentos da educação formal”. Em contrapartida, entraram em jogo a reação da classe hegemônica por meio da rearticulação de suas ações destinadas à classe popular, pois necessita

“elaborar novas políticas e novas estratégias, que certamente redundarão em novas ‘fontes educativas’, gerando caminhos de alterações nas relações vigentes” (Gohn, 1994, p. 53).

Diante desse contexto, a autora conclui que a produção sobre a educação popular se estagnou, limitando-se ao registro de experiências em andamento. A crítica aos programas oficiais e o referencial teórico de analistas da educação popular estimulou a saída da pesquisa no campo da educação para o campo da cultura. Gohn (1994, p. 55) alerta que é “chegada a hora dos movimentos e a educação popular se reconciliarem”, o que já é uma realidade, como demonstram os exemplos a seguir. No sentido de reconciliação da pesquisa educacional com os movimentos sociais e outras práticas educativas não-escolares, alguns autores são referência neste trabalho de pesquisa.

Loureiro (1988) analisa a prática político-pedagógica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os camponeses da Luta do Arrendo, ocorrido no sul do estado de Goiás, no final dos anos 1940. Cândido Grzybowski, ao apresentar o trabalho da autora, diz que ela “aceitou o desafio de se deixar impregnar pelas questões sociais como ponto de referência para se repensar a educação brasileira” (Loureiro, 1988, p. 12).

Noronha (1986), estuda as relações de trabalho entre as mulheres trabalhadoras na lavoura canavieira. Seu objetivo é analisar “o campo pedagógico das relações de trabalho, em dois momentos: o do disciplinamento e o da transgressão, e o modo como no interior dessa luta, elabora-se um novo saber articulado aos interesses das trabalhadoras” (Noronha, 1986, p. 17). No prefácio da obra de Noronha (1986, p. 14-15), Carlos Rodrigues Brandão, diz que a pesquisa da autora “participa de um movimento de inovação da abordagem das questões de educação no Brasil, [e que Noronha] descobre e destaca situações que, se não são institucionalmente escolares, são francamente pedagógicas”.

O trabalho de Pessoa (1999b) sobre as ocupações de fazendas em Goiás na década de 1980, mesmo não fazendo um estudo específico sobre a prática pedagógica da luta dos ocupantes, introduz a menção que faz à educação da seguinte forma:

Na busca de compreensão dos assentamentos rurais, na sua história e cotidiano, não se poderia negligenciar a dimensão da produção e transmissão de conhecimentos, uma das dimensões mais primitivas do existir humano. Ela é inerente à própria constituição dos grupos e das biografias. Ela está, para ficar no contexto camponês, em cada palmo de chão pisado e cultivado, na casa e nos utensílios, na roca e nos seus produtos. (Pessoa, 1999b, p. 206)

José Adelson da Cruz (2000), ao investigar o significado político-pedagógico da luta pela terra, mediada pela atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre posseiros e empresários na década de 1980, em Formoso do Araguaia-TO, também enfatiza o papel da práxis como instrumento educativo. Para visualizar as formas de aprendizagem dos posseiros, o autor destaca dois aspectos importantes na discussão do papel não do movimento investigado, mas de todos os envolvidos com as possibilidades de uma sociedade democrática: a capacidade de ruptura em relação à tradição camponesa e à pressão do movimento sobre o Estado. Esses dois momentos evidenciam que a luta resultou em muito mais que a conquista da terra, possibilitou a concretização de uma nova identidade. É a *peleja pela terra* construindo

modificações no modo de ser, pensar e existir do campesinato, isto é, a luta pela terra concretizou uma nova identidade com base na troca, na produção e na transmissão de saberes entre os envolvidos nos conflitos, forjando o reconhecimento de princípio e regras fundamentais do exercício de cidadania, criando a identidade do camponês cidadão. (Cruz, 2000, p. 128)

Ao pesquisar as pedagogias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Roseli Caldart (2000) relaciona quatro matrizes pedagógicas que o movimento identifica como processos educativos dos sem-terra do MST: a pedagogia da luta social, a pedagogia da organização coletiva, a pedagogia da terra, a pedagogia da cultura e a pedagogia da história (Caldart, 2000, p. 199-254). Com essas pedagogias o MST torna-se capaz de extrapolar sua luta além das questões agrárias e sua ação educativa além dos seus membros. Miguel Arroyo, ao prefaciá-lo livro de Caldart diz que o trabalho da autora

reforça uma das matrizes pedagógicas mais pertinentes na história da educação: o peso dos processos sociais. Leva-nos como educadores a estarmos atentos aos movimentos da realidade, à práxis, à experiência vivida, às ações e gestos. Mostra-nos a centralidade da ação e da vivência humana, nos processos culturais e educativos. É um exercício de pesquisa e teorização que indica como é possível a fecundação entre a prática social e a teoria pedagógica. Como é urgente colocar os processos educativos, as teorias da formação humana em todos os patamares, bem mais eloquentes do que a tão trilhada e estreita vinculação entre escola e mercado. (Caldart, 2000, p. 11-12)

O presente estudo pretende inscrever-se nesta tradição. O conteúdo das pesquisas de Brandão (1995), Caldart (2000), Cruz (2000), Gohn (1994), Loureiro (1988),

Noronha (1986), Pessoa (1999b), constitui uma conquista já consolidada na história da educação, na qual procurei me apoiar, quanto me foi possível. Ou seja, se é fato a existência de um processo educativo no desenrolar de uma luta social, cabe entender como se dá esse processo, não necessariamente mensurável em dados e estatísticas.

O objetivo central deste estudo, é pois, compreender em sua dinâmica e contradições, a ação educativa de uma luta social. Para isso, delimitou-se como campo para a pesquisa empírica o associativismo dos pequenos agricultores rurais de Orizona-GO, município que se destaca por possuir um grande número de sujeitos coletivos envolvidos com o meio rural, sobretudo as associações de pequenos agricultores.

Essa forma de organização dos trabalhadores rurais cresce no estado de Goiás, a partir do final da década de 1980, como uma das possibilidades de luta pelos direitos daqueles que trabalham na terra, em reação à histórica exclusão do homem do campo na política agrária nacional. Em 1997, as associações já somavam 840 em todo o estado, o que constitui um número considerável de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com o movimento (Sperry, 1997b). No município de Orizona, as associações somam 27. Desse universo, foi selecionada uma associação para estudo, como uma unidade particular da ação social de um processo amplo, dinâmico e heterogêneo do conjunto de luta dos trabalhadores rurais. A escolha da Associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Grande e Coqueiros (Apamac) e a consequente exclusão das outras 26 associações desta pesquisa devem-se a alguns fatores.

As associações constituem um fato social relativamente novo e em andamento, então, buscou-se trabalhar com as que são pioneiras do movimento, no município, e que foram fundadas antes que uma aprendesse com a outra como buscar o dinheiro fácil do Fundo Constitucional da Região Centro-Oeste (FCO). Esse primeiro critério de exclusão justifica-se, pois uma das questões centrais dessa pesquisa é perceber como práticas anteriores orientaram as posteriores, isto é: o que motivou um grupo a criar uma associação antes mesmo de se saber se teria acesso a financiamentos. Com esse critério, foram excluídas 24 associações.¹ Entre as três incluídas no primeiro critério – a Associação dos Pequenos Agricultores da Cachoeira (Apac), a Associação do Desenvolvimento Comunitário de Orizona (ADCO) e Apamac – excluiu-se a ADCO, por não ter sido

¹ Vale aqui uma ressalva. Mesmo que a maioria das associações no município tenha sido fundada em busca do crédito facilitado, é importante questionar se teriam realmente feito isso se já não tivessem uma experiência de grupo anterior. Mas isso é pauta para outros estudos.

fundada com o objetivo específico de atender a pequenos agricultores rurais. Entre a grande parte dos seus fundadores estão políticos envolvidos com o poder público municipal da época e a maioria deles não participa mais da associação, e os atuais sócios são moradores de um povoado do município e pequenos produtores rurais das redondezas. Portanto, é uma associação que difere das outras em sua constituição e objetivos, o que não exclui a sua importância para os pequenos agricultores rurais². A Apac, ao contrário da Apamac, apesar de gestada com base em grupos já atuantes na comunidade, não se desenvolveu cedendo espaços para as práticas pré-existentes, mas passando a executar um conjunto de atividades voltadas exclusivamente para os sócios. As atividades que justificaram a escolha da Apamac para este estudo de caso abrangem esportes, festas religiosas, almoços mensais, e outras, muitas já existentes nas comunidades e algumas criadas como projeto da associação para envolver sócios e não-sócios.

Esses critérios de escolha foram estabelecidos após a pesquisa de aproximação, com o objeto de estudo, feita nos anos de 1998/1999, como requisito para aprovação no Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior ministrado pela Faculdade de Educação de Universidade Federal de Goiás (FE/UFG). A opção pela Apamac durante a pesquisa monográfica justificou-se pela grande visibilidade que a associação tem no município, sendo citada pelos envolvidos com o movimento rural no município como a associação modelo; e também por haver uma relação de proximidade, entre a pesquisadora e a associação, garantida pela condição de filha de um dos sócios e de amiga e parente de vários outros. Ou seja, a Apamac era para mim uma possibilidade de continuidade da família no meio rural, mesmo que eu já tivesse sido afastada em razão do estudo e do trabalho. Mesmo que isso já estivesse claro, uma questão ainda permanecia: o que garantia à Apamac – legalmente representada por um número específico de sócios – abranger as comunidades envolvidas de tal forma que em sua prática houvesse poucos momentos que diferenciavam o sócio do não-sócio? A pesquisa exploratória foi fundamental para fornecer pistas no sentido de localizar, analisar e compreender essa particularidade da associação, sobretudo para reconhecê-la como prática educativa, tanto que serviu de base para elaboração do texto final desta dissertação. Trata-se de experiência anterior de pesquisa

²Oliveira e Vaz (2000) relatam e analisam os processos de criação e de transferência da ADCO, associação instituída para o desenvolvimento comunitário do município, mas que foi tomada pelos moradores do povoado de Buritizinho, em Orizona-GO.

orientando a redefinição do trabalho, o que é também um dos ganhos do envolvimento com o ato de pesquisar.

Educação e associativismo de pequenos produtores rurais estabelecidos como objeto de pesquisa, a opção para a apreensão de dados e compreensão dos momentos de produção de saber foi o estudo de caso de natureza etnográfica, dada a complexidade – ou a polissemia – própria do meio rural, e conseqüentemente, das ações desenvolvidas por seus agentes. Mais que os registros escritos, as falas – as vozes – são um importante instrumento de registro das ações de uma luta social. Nesse sentido, entrevistas e depoimentos orais foram priorizados, e acrescidos de outras fontes como atas, fotografias, observação, bibliografias, dados – estes talvez menos do que necessário – e outros documentos que juntos ajudaram a revelar o caráter educativo de uma associação de pequenos agricultores e contribuíram para uma nova versão sobre a história do rural em Orizona.

O trabalho organiza-se da seguinte maneira. O primeiro capítulo, *O rural em Orizona: história de caçador e outras histórias*, apresenta uma revisão bibliográfica acerca de histórias diferentes escritas sobre a formação agrária do município, já iniciando uma compreensão do espaço fundiário, do pano de fundo no qual o associativismo de pequenos agricultores se insere como ação educativa.

O segundo capítulo, *A constituição do campo dos agentes rurais em Orizona*, se atém ao processo de constituição daqueles que ora estão prontos e disputando o jogo, definindo a *estrutura do campo*. Um grande número de sujeitos coletivos – Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Centro Social Rural de Orizona (CSRO), Sindicato Rural (SR), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), associações, cooperativas, Escola Família Agrícola de Orizona (Efaori) – constituiu-se com diferentes interesses para capitanear o controle político específico do rural em Orizona. Compreender as relações estabelecidas nesse processo contribui para ampliar a análise da ação educativa da Apamac, já que esta foi gestada nesse *campo de disputa*. O conceito de campo, na perspectiva de Bourdieu (1983) é apropriado, na tentativa de superar as relações pretensamente neutras, porém capazes de produzir a ilusão de uma harmonia entre os agentes estudados.

O terceiro capítulo, *O lugar da educação nos afazeres da Apamac*, apresenta os momentos da constituição e do desenvolvimento da associação estudada como enfrentamentos de necessidades, definidos como ações educativas. A educação, auto-construída em meio e com base em uma série de atividades – sociais, culturais,

econômicas, e religiosas – desenvolvidas nas relações da associação com outros agentes rurais e com o seu *grupo de vizinhança* insere-se no conceito amplo apresentado por Brandão (1995, p. 9), já citado na epígrafe desta introdução. Conforme a Apamac vai construindo sua rotina, as relações pedagógicas tornam-se visíveis. Nas palavras de Frigotto (1996, p. 46) é “o campo educativo, predominantemente aprisionado no plano pedagógico escolar, [que] alarga seu *locus* para o plano do conjunto das práticas sociais”. Entendida nesse *locus*, a educação percorre um caminho diferente, inovador, e não pode ser pensada como o “aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos” (Gohn, 1994, p. 17).

Se não há programas, conteúdos específicos, técnicas, definições, ano letivo, avaliações, e outros aspectos que uma escola suporta, que tipo então de aprendizagem pode acontecer nas relações empreendidas por uma associação de pequenos agricultores? O esforço para responder teórica e empiricamente a essa questão constitui o conteúdo das páginas seguintes.

CAPÍTULO I

O RURAL EM ORIZONA: HISTÓRIA DE CAÇADOR E OUTRAS HISTÓRIAS

No meio rural se encontraram as raízes de nossa organização.

Diegues Júnior

A área de 74.024 ha que corresponde aos 1.275 imóveis dos pequenos e médios proprietários de Orizona é maior que os 12 mil alqueires goianos (57.600 ha) da primeira propriedade rural escriturada no município. A terra que antes pertencia a um proprietário, agora pertence a quase mil. Mas as 477 propriedades consideradas grandes ocupam 58% das terras, ou seja, ainda há o que ser dividido, ainda há o que ser conquistado. No entanto, o alto índice de concentração agrária fica menor se comparado às médias nacional e regional – 22,2% e 4,9% respectivamente –, além do que Orizona é um dos poucos municípios goianos que possuem a população urbana menor que a rural (Caume, 1997, p. 11-24).

Por que a reprodução da propriedade agrária em Orizona não se iguala ao modelo predominante no país e no estado? É possível começar a discutir essa diferença, sem se ater aos riscos de explicá-la pela lógica do tempo da vida já que a *redistribuição espontânea* – pela via da herança – foi o que garantiu à maioria¹ dos proprietários do município o acesso à terra?

Este capítulo pretende apresentar o meio rural em Orizona com base em uma revisão bibliográfica de diferentes – e poucos – estudos sobre a ocupação e o povoamento do município e com estudos específicos sobre as características históricas da estrutura fundiária nacional. Se tais características ajudam a explicar os altos índices de concentração agrária presentes nacional e regionalmente, poderiam também contribuir para explicar uma realidade diferente?

¹ De acordo com Caume (1997, p. 37), a forma de acesso à terra mais comum em Orizona-GO é a herança paterna, que corresponde a 54% das propriedades.

1.1 Desbravadores, aventureiros, destemidos

O memorável mineiro legou Orizona a Goiás...

Olímpio Pereira Neto

Da Vila de Santa Cruz–GO, alguns homens saíram “para fazerem caçadas nos êrmos despovoados do Estado de Goiás” e descobriram uma mata maciça “por onde passava o caminho para Bonfim, hoje Silvânia” (Pereira Neto, 1970, p. 19).

Um fazedor de carros de boi, da região de Serra Negra, município de Patrocínio–MG, “executando a idéia de aventuras” e descontente com os “quinhões de terras menores e piores” recebidas em herança, decidiu “penetrar no sertão” a que os mineiros entendiam “como se fôsse Goiás, devido ao despovoamento e a mataria existente nas zonas fronteiriças daquele Estado com o nosso. Isso aconteceu entre 1830 e 1840” (Pereira Neto, 1970, p. 14-15).

Esse carpinteiro que já se encontrava em Santa Cruz, em busca de terras férteis, de cor avermelhada e lugar aprazível, ouviu dos caçadores a história da mata, e para lá se dirigiu com sua comitiva composta de muitos jumentos e outros animais, filhos, mulher, escravos e um carro de boi (Pereira Neto, 1970, p. 14).

A escolha do local para moradia, feita pela família pioneira, deu-se por vários motivos. O primeiro as semelhanças com as terras mineiras, pois a esposa do capitão – “o homem destemido e ambicioso” – começou a “sentir saudades das paisagens do Triângulo Mineiro”. Daí, os nomes dados à fazenda ocupada e, conseqüentemente, aos córregos, ribeirões e outros pontos de referência serem escolhidos, “conforme os costumes e os nomes usados lá em Serra Negra ou no Estado de Minas Gerais,” terra natal dos ocupantes (Idem, p.15-21). O segundo, a garantia da obtenção do título de Capitão para o chefe da família²

os fatores de riquezas da região, advindas da natureza, as condições geográficas e as paisagens eram as mesmas, que o Capitão (...) andava

² Pereira Neto afirma que o capitão comprou o título que “o Governo Imperial vendia aos senhores de escravos, donos de muitas terras, que executavam o trabalho de desbravamento no interior de nossa Pátria” (1970, p. 15).

procurando pois seu título de – CAPITÃO DE MATA – exigia grande extensão de terras e muita mata e lá em Serra Negra, êle não herdara muita terra nem mata alguma, para garantir seu título. (Pereira Neto, 1970, p. 22-23)

Ao encontrar terras vastas e “não batizadas pela ação dos civilizados”, o capitão desbravador decidiu que iriam morar “naquelas brenhas” e antes de trazer “irmãos, cunhados, sobrinhos, parentes e amigos menos afortunados, do Triângulo Mineiro, para serem seus vizinhos (...), tratou de documentar a posse dos (...) doze (12) mil alqueires goianos de terras. Aí, então começou a habitação desta região” (Pereira Neto, 1970, p. 20-35).

Junto com o capitão e sua parentela³ veio também a pertença à Igreja Católica, a idéia da cidade e o ensino escolar. Desejando “ver o pôvo, desta região, desenvolver dentro dos costumes de bons católicos, ótimo recurso para civilizar e moralizar as pessoas”, propuseram, no final da primeira metade do século XIX, a construção de uma capela, em terreno doado a Nossa Senhora da Piedade. Era necessário fundar uma cidade – “centro de comércio importador de conforto e exportador de fartura” –, pois o “desenvolvimento veio vindo, a povoação sertaneja estava cada vez maior” e a *desobriga*⁴, que acontecia na casa de um fazendeiro, carecia de um local mais apropriado. O lugar escolhido para a construção da capela, e, conseqüentemente, da futura cidade, além de ter sido aprovado pelo padre, foi também escolhido por ser o “ponto mais avançado, da região povoada, em direção a Santa Cruz de Goiás e assim, logo, logo, muita gente passaria por lá, indo a Santa Cruz (...)” Assim, às margens do ribeirão Santa Bárbara, o povoado formado por emigrantes do Triângulo Mineiro, recebeu o nome de Capela dos Correias, uma denominação que reverenciava a Igreja e uma família local⁵ (Pereira Neto, 1970, p. 22-47). No entanto, a construção da capela e da cidade não foram questões tranquilas, dividindo a população local entre os entusiastas e os desconfiados, entre os alegres e os tristes revelando “os primeiros sintomas de oposição nestas paragens”. Ao passo que o

³ A vinda de parentes para serem “os melhores vizinhos” do capitão no Sertão se deu depois “de mais de dois ou três anos” da chegada dele em Goiás. Foram aconselhados a esperar as “colheitas abundantes” para não haver o perigo de passarem fome “longe dos recursos”. Mas o “Capitão queria mesmo era dar tempo para documentar os (...) alqueires de terras, já possiados por êle, bem ao pé da mata principal”. Quando os parentes chegavam, o casal pioneiro os “apoiava com mata e manutenção durante um ano e ensinava como adquirir terrenos na Paróquia de Santa Cruz de Goiás” (Pereira Neto, 1970, p. 33-35).

⁴ A *desobriga* acontecia todos os anos na primeira quinzena de setembro: “lá estava presente o representante de Cristo, celebrando missas, casamentos, batizados, crismas, ensinando catecismo e tirando escritura de terras e escravos” (Pereira Neto, 1970, p. 42).

⁵ A família Correia “era muito numerosa, tendo muitos chefes destacados e nas funções festivas a referida gente efetivava mais sua freqüência, daí o nome de CAPELA DOS CORREIAS” (Pereira Neto, 1970, p. 61).

“sertanejo emigrante desconfiava e o sertão dormia” o espírito de aventura do capitão pioneiro foi capaz de iniciar a “construção da Capelinha, primeiro passo para se fundar uma cidade naquêles tempos”. Com a capela construída, o capitão não só recuperou o crédito assumindo a liderança “da palavra que representa uma ação”, como também acordou o sertão (Pereira Neto, 1970, p. 57-58).

A desobriga era também a oportunidade para o Mestre Malaquias desempenhar o papel de sacristão e de se atualizar recebendo do padre “novas cartas de leitura e as últimas inovações introduzidas no ensino”. Além de moral e cívica e religião, o mestre “ensinava a ler nas cartas manuscritas, assinar o nome, escrever bilhetes, cartas, levando os alunos a aprenderem fazer contas de somar, diminuir, multiplicar e dividir” (Pereira Neto, 1970, p. 44). O autor não especifica quem aprendia com Mestre Malaquias, mas ao falar da educação em família em “tempos pretéritos”, deixa claro os espaços e os momentos de trabalho e de educação dessa época:

O pai pegava empreitada, trabalhava por dia a custa do patrão e a mãe fazia sabão, ganhando porcentagem, realizava outros serviços, recebendo por trabalho diário. O filho do casal ia se familiarizando com o gado e virava vaqueiro, peão de boa qualidade e gerente de confiança na propriedade e na região. A menina aprendia a fazer sabão, mexer doce no tacho sem agarrar, assar biscoito, seguindo orientações da esposa do patrão e de seus pais, que fazia doces, biscoitos e outras gulodices, todas as semanas ou de quinze em quinze dias, pois dispunha dos ingredientes em abundância. Com isto, a moça filha do agregado tornava-se uma doméstica prendada de forno e fogão, exímia costureira, bordadeira e administradora do lar. Ela estava preparada para ser boa mãe, para trabalhar de doméstica em casa de quem quer que fosse, tornava-se boa esposa e informada para entrar e sair em qualquer ambiente. (Pereira Neto, 1991, p. 73-74)

Até aqui, a história de Orizona-GO coincide com a grande propriedade, os escravocratas, os patrões. Pouco presentes, os agregados, meeiros, peões, moradores, trabalhadores rurais aparecem sem referências de como e de onde vieram, embora cumpridores de tarefas específicas na constituição da *fazenda*, como na citação anterior. A presença da pequena produção é apenas sugerida por meio *do sitiante* que, estranhamente se igualava ao *fazendeiro* como proprietário e nas relações de trabalho advindas dessa condição:

Em tempos pretéritos fazendeiro, o sitiante, o patrão residia na sua propriedade e com ele, os chamados agregados, parceiros e

comodateiros, trabalhadores braçais. Por esta época, o agregado, o parceleiro, o comodateiro, depois de cuidar da sua lavoura, que permitia manter as tulhas, os paióis e os chiqueiros cheios o ano todo ia com a família trabalhar na sede da propriedade. (Pereira Neto, 1991, p. 73)

Mais atento, porém, à presença dos escravos o autor ressalta que o capitão pioneiro que explorava, “por herança, a escravatura”, trouxe na comitiva alguns negros e “junto com a escritura das terras foram registradas as de quatro (4) escravos, comprados lá fora”. Muita atenção é dada também ao fato de que os escravagistas da Capela dos Correias gostavam do garimpo de Santa Luzia⁶ para compras, vendas e trocas de escravos, pois precisavam de negros para trabalhar “na lavoura, na construção de estradas, vales de divisas de terras, no pastoreio e nos engenhos de serra e moinhos de fubá da fazendas, etc”. Para o autor, a “libertação do escravo sem preparo psicológico para enfrentar a liberdade por conta própria” não foi tão desastrosa na Capela dos Correias como nos lugares de “atividades específicas dos escravos, nas lavouras organizadas de São Paulo e do Nordeste”, pois como “em nosso meio” os escravos tinham um trabalho diversificado, não demorou muito “para os negros libertos e os patrões, os antigos escravagistas se ajustarem”, numa clara substituição da senzala pelo rancho de morador. Passados os impactos iniciais da Lei Áurea, “os brancos evoluíram para a agropecuária, deixando para os pretos e para os brancos pobres a lavoura de arroz, milho, feijão, no sistema de meieiros” (Pereira Neto, 1970, p. 14-83). Enfim, os negros em liberdade serviram ainda como uma das justificativas para a criação dos povoados⁷, a partir da década de 1920, já com a Capela dos Correias elevada à categoria de município, com o nome de Campo Formozo:⁸

a abolição do cativo, que triplicou o número de agregados nas fazendas e a insistência de alguns Senhores de Escravos, em voltar à situação antiga e os negros, embora pobres, desorientados, já não aceitavam mais a condição infra-humana, ficando desagregados e sem ter onde encostarem... Era preciso arranjar um lugar para esse povo morar e a Igreja Católica, intermediou para solução do problema, fundando os

⁶ No garimpo de Santa Luzia, hoje Luziânia-GO, o capitão pioneiro chegou a construir um sobrado “destinado ao aluguel para comércio, acomodações para sua família ir festejar lá e mesmo ele e os seus ir garimpar ouro ali, durante a entre-safra. Outro seu interesse em Santa Luzia, era explorar a grandeza do mercado escravo” (Pereira Neto, 1970, p. 59).

⁷ Pereira Neto relaciona a criação de seis povoados – também chamados de arraial e de patrimônio – no município entre os anos de 1925 e 1960: Cachoeira, Ubatã (Egirineu Teixeira), Montes Claros, Corumbajuba, Buritizinho (Orilúzia) e Taquaral (1970, p. 116-165).

⁸ A Capela dos Correias, oficializada distrito de Santa Cruz de Goiás em 1890, passou à categoria de município em 1906 com o nome de Campo Formozo. “Este novo nome foi dado (...) por influência da família ‘Correia Perez’, originária da região de ‘Campo Hermoso’, na Espanha” (Pereira Neto, 1991, p. 21).

povoados em volta das capelas dos espigões, onde promoviam festas para ricos e pobres, invocando a proteção de um santo padroeiro. (Pereira Neto, 1970, p. 117)

Além de solucionar o problema de moradia para os negros desagregados do município, os povoados nasceram para dar fama aos pioneiros, criar núcleos de profissão da fé católica e para resolver questões da dualidade administrativa das *lojas-fazendas*. Era, pois, “a chegada da lei de oferta e procura, praticada pelos comerciantes, procurando levar mais e melhores mercadorias aos homens do campo e do sítio, criando pontos de convergência e divergência comercial” (Pereira Neto, 1970, p. 119-120). Mas Graziano da Silva (1980, p. 15-16), ao falar da criação de alguns povoados no Estado de São Paulo, ainda na época do Brasil Colônia, acrescenta, citando Ernani Silva Bruno, elementos que contribuem para uma melhor compreensão das razões da fundação dos povoados em Orizona. Além dos negros desagregados, os povoados serviram também para acolher os homens livres sem recursos, os índios vadios, os dispersos, os vagabundos, os sem pouso certo, os sem atividade definida. Esse contingente de malvistas era ao mesmo tempo aceito pelas autoridades e pelos homens de cabedal, que viam na fundação dos povoados uma forma de agrupar e de deixar por perto, sempre à mão, serviços que garantiam a continuidade da grande produção.

É preciso utilizar outras contribuições, como a de Graziano da Silva (1980), para atualizar a escassa historiografia específica sobre a ocupação e o povoamento do município de Orizona, sobretudo a aspectos que se referem à pequena produção agrária, já que a educação, objeto de estudo deste trabalho, será percebida e analisada com base na ação de um agente constituído por e para pequenos agricultores, preocupação básica deste capítulo. Cabe ainda dizer mais algumas palavras no diálogo, quase exclusivo, com Pereira Neto (1970; 1991). Mesmo que o autor evidencie a meritocracia de uma família mineira, de grandes proprietários, que ao acaso e ouvindo caso de caçadores, revolveu povoar certa paragem do sertão goiano, cabe render ao escritor a condição de pioneiro em registrar, de forma escrita, a ocupação e o povoamento do município. O mérito não exclui as limitações de sua historiografia, cujas condições são também percebidas pelo próprio autor:

Os documentos históricos de Orizona, anteriores a 1890, eram controlados pela igreja Católica, e a falta de acesso a tais comprobatórios tornou o assunto polêmico, obscuro, gerador de conjecturas. Está perdido no tempo, à espera de pesquisa mais aprofundada, documentada para se

ter a verdadeira versão dos ocorridos no início da nossa história. (Pereira Neto, 1991, p. 21)

1.2 Outras histórias

No Brasil, quinhentas famílias detêm 43% das terras agrícolas e correspondem a três por cento da população rural. Em contrapartida, 57% da população rural dispõe de três por cento das terras.

(Linhares e Teixeira da Silva, 1999)

O povoamento do município por emigrantes mineiros não se deu por um mero descontentamento de herança fomentado por um espírito de aventura. À época dos caçadores de Santa Cruz, o Brasil Império passava por um período sem legislação específica para a ocupação de terras. Com o fim da situação de colônia e da Lei de Sesmarias, a estrutura agrária não se alterou com as ocupações livres. Pode-se pensar, pelo menos em termos atuais, que o acesso às terras devolutas fosse possível a outros setores da população rural, além dos tradicionais latifundiários. Pelo contrário, o que se assistiu foi a emergência do novos latifúndios:

Dá-se, então um verdadeiro *rush* às terras (ao qual, é claro, não é estranha a expansão cafeeira) e que resulta numa diferenciação histórica dos latifúndios em dois tipos: os que tiveram sua origem em antigas sesmarias e aqueles em escala maior que os existentes antes da extinção da lei de sesmarias. (Linhares e Teixeira da Silva, 1981, p. 32)

As grandes ocupações aconteciam de forma conflituosa e as demarcações eram feitas pelo alcançar da vista e calçadas pela devoção e pelo prestígio econômico e político dos demandantes que, em geral, eram grandes proprietários. Alie-se a essa prática indireta de legitimação o uso de *um pequeno exército particular*, caso fosse preciso (Pessoa, 1999b). O rural dos grandes latifúndios do Brasil Império em nada se diferiu do rural sesmeiro do Brasil Colônia. Embora ambos não garantissem condições para o estabelecimento da pequena produção agrária, o seu desenvolvimento não foi ao todo barrado, pois se inseriam internamente nos quadros da economia como uma forma barata e fácil de produzir alimentos para o abastecimento interno. Aos pequenos ocupantes era

permitido crescer desde que não ameaçassem o poder dos grandes ocupantes⁹ (Graziano da Silva, 1980).

A Lei de Terras, aprovada em 1850 conciliou os interesses dos dois tipos de latifundiários instituindo uma nova forma de aquisição de terras: a compra em hasta pública, com pagamento à vista e a altos preços. Ou seja, uma legislação que claramente impedia aos pobres o acesso a terra e garantia a continuidade da grande propriedade (Linhares e Teixeira da Silva, 1981).

Para Graziano da Silva (1980, p. 21), as ocupações livres e a crise da economia exportadora favoreceram uma “expansão espontânea e rápida das pequenas unidades de produção”, a que não significou o acesso democrático a terra, pois “um novo ciclo exportador (o do café), bem como novas condições que o desenvolvimento do capitalismo na Europa impõe às ex-colônias” redefinem a política econômica que o Brasil expressava na Lei de Terras. A passageira possibilidade de a pequena ocupação ganhar expressividade é também registrada por Guimarães (1981, p. 73):

extinto o regime sesmeiro, ira desenvolver-se com um pouco maior de liberdade a ocupação das terras, acontecimento em que as camadas mais modestas da população tiveram ampla participação. Mas, ao menos nos primeiros momentos, êsses posseiros ou intrusos não chegaram a *fazer fazendas*, não indo suas posses além da categoria dos *sítios*, precursores como foram de uma nova modalidade de repartição da terra – a pequena propriedade.

A Lei de Terras não só deu continuidade aos mecanismos que impediam a expansão da pequena produção, como também desconheceu

as formas tradicionais de posse e uso da terra, as chamadas terras de negros ou terras de índios, aprofundam-se as possibilidades de expropriação das áreas ocupadas pelo campesinato negro, índio ou mestiço, formado ao longo dos séculos da história colonial. Nenhum dispositivo estabelece limites à grande propriedade ou um imposto territorial, da mesma forma que a abolição gradual, que se completará em

⁹ A literatura usada nesse trabalho acerca da ocupação de terras no Brasil não registra o tamanho das pequenas ocupações. Fala-se em “sítios de diminutas dimensões, pequenas faixas de terras, pequenos sítios” (Graziano da Silva, 1980, p. 19); “pequena propriedade, sítios” (Guimarães, 1981, p. 73); e também em “infimos sítiecos, pequenas roças” (Ellis Jr., 1966, p. 165 *apud* Graziano da Silva, 1980, p. 190). Para as sesmarias havia o limite de “três léguas ou meia légua, dependendo da capitania” (Graziano da Silva, 1980, p. 15); ou de “quatro léguas por uma” (Pessoa, 1999b, p. 42). Guimarães citando Felisbello Freire diz das “concessões de Garcia d’Ávila e seus parentes que se estendiam da Bahia até o Piauí em uma extensão de 200 léguas” (1981, p. 15). No período de ocupações livres, Linhares e Teixeira da Silva (1981, p. 33) falam de “imensas posses adquiridas (20 ou 30 léguas)”.

1888, não prevê qualquer mecanismo de assentamento ou colonização agrícola para os ex-escravos. (Linhares e Teixeira da Silva, 1999, p. 64)

Assim como a Lei de Terras e a abolição da escravatura, o regime republicano também se consolidou, garantindo a intangibilidade da terra para a expansão da pequena produção agrária. Para os senhores do novo regime, o fim do trabalho escravo já era um golpe duro demais na hegemonia plantacionista, e, em nome da igualdade política e do direito à propriedade, a Constituição de 1891 foi mais um instrumento “em direção à formação de amplos domínios fundiários no país, reafirmando-se a ordem latifundiária” (Linhares e Teixeira da Silva, 1999, p. 76).

No contexto de fim da situação de colônia, ocupações livres, Lei de Terras, abolição da escravatura e Constituição Republicana, os emigrantes mineiros chegaram e foram se estabelecendo em Orizona. Na década de 1980, Loureiro (1988), pesquisando sobre a prática dos agricultores de Campo Limpo, município de Orizona, e Borges (1990), em estudo sobre a implantação da Estrada de Ferro de Goiás acrescentam outros elementos sobre a ocupação e o povoamento do sul de Goiás.

O “êxodo de mineiros abastados para o sul de Goiás” foi provocado pela valorização e escassez das terras do Triângulo Mineiro, sobretudo de Uberaba, que se transformou em centro comercial e migratório, após a chegada das lavouras de café ao oeste paulista, em meados do século XIX. O sul do estado oferecia alguns atrativos como terras férteis, facilidade de apossamento e de acesso, pois a estrada que ligava São Paulo a Vila Boa, capital de Goiás, passava por Santa Cruz, vila próxima ao Triângulo Mineiro (Loureiro, 1988, p. 32).

O “desenvolvimento que veio vindo” (Pereira Neto, 1970, p. 91) era resultado, na verdade, de transformações econômicas e políticas do país. A marcha do café, o avanço da urbanização e industrialização na Região Centro-sul; o uso dos emigrantes estrangeiros como trabalhadores livres nas lavouras cafeeiras; a abolição da escravatura que, ao menos legalmente, transformou o escravo em mão-de-obra livre, e o fim do Império redefiniram e ampliaram a expansão do capital rumo ao interior do país. Por conseguinte, o Triângulo Mineiro e o Sul de Goiás, por fazerem fronteira com a zona cafeeira, assumiram a tarefa de produzir alimentos para os novos trabalhadores. “Os trabalhadores do café produzem, a partir de então, o café, bem de exportação; e os camponeses das regiões vizinhas, além de produzir os bens alimentícios para si mesmos, também o fazem para os outros trabalhadores, que absorverão o excedente dessa produção”, afirma Loureiro (1988, p. 33).

Os emigrantes mineiros praticavam a agropecuária para a subsistência. Segundo Loureiro (1988, p. 32) “quase tudo (...) era produzido por esses senhores de terra, desde a roupa que era tecida nos teares, até os móveis e utensílios, fabricados por algum membro da família”. Os poucos excedentes eram vendidos em cidades mineiras como Araguari, Uberlândia.

Campos (1987, p. 23) avalia ter havido uma certa dificuldade em separar a lavoura da criação por serem “atividades de idêntica natureza e quase sempre complementares numa mesma propriedade”. Borges (1990, p. 52) acrescenta que mesmo sendo uma “atividade secundária ou subsidiária da produção pecuarista” alguns ramos da agricultura

encontravam-se inseridos na economia de mercado, principalmente quando essa produção se achava associada a algumas indústrias regionais, as quais até valorizavam e dinamizavam a produção no campo em algumas regiões, produzindo, mesmo de forma artesanal, mercadorias que eram vendidas no mercado local ou exportadas para outros Estados, como marmelada, rapadura, cachaça, tecidos de algodão etc.

Os principais fatores dessa baixa produtividade agrícola são ainda elencados por Borges (1990): forças produtivas incipientes, relações de trabalho que não estimulavam a produtividade da mão-de-obra, pouca fertilidade do solo, condições sócio-econômicas do estado e, sobretudo, falta de meios de transportes capazes de garantir a exportação da produção agrícola para outros estados. Os únicos meios de transportes usados à época, no estado, eram as tropas e o carro de boi, os quais tornavam a exportação agrícola onerosa e inviável. Borges (1990, p. 52) afirma: “além de transitar nas longas estradas apenas no período da seca, os custos dos fretes eliminavam a possibilidade de continuação do processo produtivo, bem como a competitividade dos produtos regionais em qualquer mercado de outros estados”.

Loureiro (1988, p. 32-33) faz referência ao uso e à importância do carro de boi para os primeiros agricultores de Orizona, o que não eliminava a necessidade da construção de estradas, pois, mesmo após a chegada da estrada de ferro ao Triângulo Mineiro, “o transporte dos produtos entre o sul de Goiás e Araguari continuava sendo feito pelas tropas e pelos carros de boi”. Estes serviam também para as viagens de abastecimento feitas a centros comerciais de São Paulo e Minas Gerais em busca de

produtos industrializados como “sal, pólvora, chumbo e instrumentos de trabalho como enxada e machado”.

O boi, um produto que se autotransportava, “era a atividade econômica por excelência do Estado e por isso difundida por todos os recantos goianos” (Campos, 1987, p. 24). Por conseguinte, “foi a única mercadoria regional exportadora [exportada] em escala considerável para outros Estados” (Borges, 1990, p. 51). Foi também a fonte de dinheiro para as compras de abastecimento. Os primeiros habitantes de Orizona engordavam o boi até o mínimo de oito anos, idade suficiente para suportar as longas caminhadas até os matadouros paulistas e cariocas (Loureiro, 1988). O que significava um problema para o produtor, visto que a baixa qualidade do rebanho e a perda de peso reduziam a competitividade do produto, evidenciando que à pecuária, mesmo que em menor grau, também sofria as amarguras da falta de transporte. Mesmo assim, o boi garantiu a inserção do estado nos quadros da produção mercantil. Aliás, no seu conjunto, agricultura e pecuária, em Goiás, já eram atividades organizadas na lógica das leis da economia de mercado e se subordinavam à produção agro-exportadora nacional (Borges, 1990).

A possibilidade de ampliar as mercadorias dos setores agrícola e pecuário colocou o Sul de Goiás diante de um novo impasse: o transporte das mercadorias que, como já foi citado, era um dos fatores da baixa produtividade da economia no estado impedia a expansão, a acumulação e a reprodução do capital. É o que diz Borges (1990, p. 55): “uma das condições imprescindíveis para o capital expandir sua frente pioneira rumo ao Centro-Oeste seria a implantação de uma infra-estrutura de transporte que possibilitasse a ligação dessa região ao Centro-Sul”.

A solução encontrada pelo capital foi a de fazer chegar até a nova fronteira agrícola *os caminhos do ferro*. Essa intenção já fazia parte dos planos da política brasileira desde 1835 e justificava-se pela finalidade econômica e também política, pois era necessário conter os focos rebeldes que aconteciam, sobretudo no nordeste e sul do Império. A Guerra do Paraguai também significou uma ameaça às fronteiras brasileiras, o que estimulou ainda mais a elaboração de planos políticos, visando a integração nacional e a centralização administrativa (Borges, 1990).

A construção de uma rede ferroviária poderia solucionar a carência de meios de transporte e comunicação por terra, mas os grandes planos ferroviários do Império e da Primeira República reduziram-se a troncos ferroviários ligando regiões produtoras aos

portos de exportação, demonstrando um claro favorecimento de forças regionais em detrimento da nação como um todo (Borges, 1990, p. 27). As forças regionais concentravam-se nas regiões produtoras de café, isto é, paulistas e com elas capitais estrangeiros – franceses, belgas, britânicos e alemães. Para Borges (1990, p. 44-45),

as estradas de ferro expandiram-se acompanhando a ‘onda verde’ do café. A produção cafeeira em terras cada vez mais distantes da costa, tornou-se possível graças às estradas de ferro. A cultura e os trilhos cresciam juntos e eram sócios na conquista de novas fronteiras (...), ficando dessa forma explícitos os fatores que dificultavam às províncias não produtoras de café, conseguirem junto ao governo central o apoio financeiro necessário à construção de ferrovias. (Borges, 1990, p. 44-45)

E assim se deu a chegada dos trilhos ao Triângulo Mineiro, em Uberlândia, em 1889, e, em Araguari, em 1897. Como Araguari é mais próxima de Goiás, as terras goianas nos arredores dessa cidade mineira foram mais valorizadas e exploradas, produzindo maior quantidade de mercadorias que continuaram sendo transportadas, no interior do território goiano, por tropas e carro de boi. Provavelmente, esse foi um dos fatores que motivaram a construção do primeiro tráfego ferroviário de Goiás, inaugurado em 1912, ligando Minas Gerais a Goiandira-GO. Em 1913, os trilhos chegaram a Ipameri e, em 1914, ao Rio Corumbá, no Porto de Roncador (Loureiro, 1988).

Quando a estrada de ferro chegou a Goiás, a Capela dos Correias já estava elevada à categoria de cidade, com a denominação de Campo Formoso. A proximidade do Porto de Roncador ao novo município incentivou, sobretudo, a pecuária, pois o transporte do gado por tropeiros, passou a ser feito somente até o porto, e, de lá, seguia de trem até São Paulo. O novo transporte diminuiu a perda de peso dos bois durante as viagens, permitindo sua venda com menor idade, o que propiciava maiores rendimentos aos produtores. Mesmo assim, havia dificuldades. Além de não haver condições de armazenar mercadorias às margens do rio, o porto ficava *do lado de lá do rio* e a travessia era feita por uma única balsa que cobrava altas taxas pelo serviço. Essa situação não eliminava a importância econômica do Porto de Roncador para o sul de Goiás (Loureiro, 1988).

A estrada de ferro atravessou o Rio Corumbá em 1922, estabelecendo um terminal no qual foi construída a cidade de Pires do Rio-GO. De Araguari a Goiandira foram 16 anos, a Ipameri 17, a Roncador 18 e a Pires do Rio 26 e, somente na década de 1940 os trilhos chegaram a Catalão. Borges (1990, p. 55) analisa essa demora e conclui que ela esteve ligada à existência de vários interesses contrários ao projeto da ferrovia:

Em Goiás as oligarquias dominantes pouco ou nada fizeram de concreto para tornar realidade a ferrovia. Os coronéis, contrários a qualquer tipo de mudança de caráter progressista, não queriam a estrada de ferro, pois ela representaria uma força nova de transformação que poderia ameaçar o 'status quo', ou seja, o poder constituído dos coronéis.

Essa interferência de cunho conservador não acontecia somente em relação à via férrea. As poucas estradas de rodagem e pontes que existiam eram construídas e exploradas por particulares, já que o Estado não dispunha de recursos ou interesses para esse fim. “E ao que tudo indica este descaso é expressão da política dos pecuaristas (fazendeiros) que controlavam a economia e a administração pública estadual no período”, assinala Campos (1987, p. 24).

Os mineiros também abriram frente contra o avanço da estrada de ferro de Formiga—MG até a vila de Catalão—GO e dela à vila de Palma no norte do estado; contra o prolongamento da estrada de Araguari até à capital Vila Boa. Posicionaram-se também contra o plano de ligar Goiás a Cuiabá por linha férrea, projetos que colocariam “Goiás em contato direto com o Rio de Janeiro e São Paulo e a cidade de Catalão seria importante centro de entroncamento ferroviário do Estado” (Borges, 1990, p. 59).

A verdadeira razão do empenho dos mineiros em impedir ou retardar a entrada dos *caminhos de ferro* em Goiás foi a iminência de perderem seus privilégios econômicos garantidos com o comércio das mercadorias goianas feito em Araguari. Alie-se a essa razão a “inexistência de um pensamento nacional superior aos interesses regionais” (Borges, 1990, p. 62-63).

Em contrapartida a tantos interesses contrários à estrada de ferro no Estado, existiram forças que a defenderam, seja por motivos político-eleitorais, ou porque, de fato, acreditavam na sua viabilidade econômica. É o que conclui Borges (1990, p. 55-56):

a implantação da Estrada de Ferro de Goiás resultou primeiro do empenho político de uma fração da classe dominante ligada a grupos oligárquicos que despontavam como força política no Estado, a qual contou com o apoio do capital financeiro internacional. Em segundo lugar, como a ferrovia servia inteiramente aos interesses da economia capitalista, ou seja, à nova ordem econômica em expansão no País, este fator, direta ou indiretamente, pressionaria o Governo Federal a apoiar a construção da linha.

O autor alerta para o risco de se atribuir à estrada de ferro o papel de único fator de modernização das estruturas regionais, pelas quais o estado passou no início do

século XX, visto que ela, por si mesma, não constituía um fenômeno autônomo, pois resultou da própria expansão imperialista do capital estrangeiro (Borges, 1990, p. 110).

Em meio a divergências entre grupos mineiros e goianos, os trilhos chegaram a Goiás juntamente com a crise do café, em decorrência da crise capitalista internacional. A região do café passou a ser a região da indústria. O sul do estado, que antes produzia alimentos para os trabalhadores do café passou agora a fazê-lo também para os trabalhadores da indústria, além de fornecer matérias-primas, sobretudo o boi, para as indústrias alimentícias de São Paulo, que emergiram durante a Primeira Guerra Mundial exportando o charque e a carne congelada (Loureiro, 1988).

Com o aumento da demanda de produtos agropecuários, resultaram modificações importantes as quais Borges (1990) chama de modernização da economia agrária, incremento das relações comerciais e de modernização e urbanização.

Várias cidades do sul e sudeste do Estado passaram por esse processo, sobretudo aquelas servidas mais diretamente pela estrada de ferro para as quais a modernização aconteceu de forma mais acelerada e algumas até foram fundadas por causa disso.

Delimitando mais o estudo para a região de Orizona, Pires do Rio, cidade construída assim que os trilhos atravessaram o Rio Corumbá, desempenhou papel importante nas transformações ocorridas nas regiões circunvizinhas. Situada a pouco mais de 30 km de Orizona, a nova cidade passou a ser o centro de recebimento de compra e venda de mercadorias, antes feito no porto de Roncador, e se tornou concorrente de Araguari ao título de centro comercial da região. Além de comercializar a produção própria de gado e arroz, Pires do Rio escoava a produção de cidades vizinhas, o que possibilitou o surgimento de alguns incrementos no local, como fazendas de engorda, matadouro, charqueadas, máquina de beneficiar arroz, curtumes, indústrias de laticínios, serraria, fábricas de manteiga e outros pequenos centros de produção mantidos pelos “comerciantes da nova cidade que se lançavam a novos investimentos de capital, ou eram, principalmente, migrantes que vinham tentar a acumulação de capital na nova cidade” (Loureiro, 1988, p. 34-36).

Escreve Pereira Neto que Orizona, à época ainda Campo Formoso, também passou por algumas modificações modernizantes, como construção de pontes, estradas, agência de correio e escolas; farmácia, banda de música, delegacia militar, circulação do

jornal *A Roça*, e um ônibus – *a jardineira*¹⁰ – para levar passageiros até a estação mais próxima e até um caminhão (1970; 1991).

Essa nova frente de expansão atendia às demandas de mão-de-obra, usando excedentes populacionais do Triângulo Mineiro e também da própria região, absorvendo os pequenos proprietários que dispunham de suas terras, pressionados pelos grandes pecuaristas que ampliavam suas propriedades para a criação extensiva de gado. Nesse processo de pecuarização, o pequeno agricultor foi sendo expulso do campo. A esta expulsão Loureiro (1988) chama de liberação de mão-de-obra o que se intensificou a partir da década de 1930, quando a frente pioneira foi empurrada para outra região, o Mato Grosso de Goiás.

A construção de Goiânia e a chegada da estrada de ferro a Anápolis–GO, em 1935, prometeram uma nova área de expansão e para lá os investimentos foram canalizados, deixando Pires do Rio e outras cidades em plano secundário. Na verdade, a expansão do capital para o norte do estado explica-se pelos planos de Getúlio Vargas de avançar pelo oeste até a Amazônia, criando novas frentes de produção de alimentos e matérias-primas para a industrialização que se intensificava na Região Sudeste. Também era intenção direcionar excedentes populacionais do Centro-Sul para os espaços vazios, aliviando focos de tensão que já aconteciam nos grandes centros. Somava-se a isso a possibilidade de eliminar mais dois perigos à ordem nacional: as disputas partidárias regionais que ameaçavam a ditadura de Vargas e a eminência de possíveis *deslocados* da Segunda Guerra Mundial (Pessoa, 1999b; Loureiro, 1988).

Nesse processo de interiorização foi implantada em Goiás a primeira Colônia Agrícola Nacional (Cang), em 1941, nas proximidades de Anápolis¹¹. A notícia de que o governo estava distribuindo terra em Goiás corria por todo o Brasil, o que atraiu um grande número de emigrantes de outros estados e de outras regiões goianas. As terras baratas, férteis e abundantes do Mato Grosso Goiano e a pecuarização que já acontecia em Pires do Rio e região, estimularam os pequenos proprietários e trabalhadores rurais a buscarem o *novo eldorado* (Loureiro, 1988).

Enquanto em Pires do Rio, a exploração e a concentração de terras aconteceram de forma mais acelerada, e a produção agropecuária decresceu a partir da década de 1940, em Orizona, isso se deu de forma menos intensa. Loureiro (1988) atribui a

¹⁰ Denominação regional para veículo de transporte de passageiros.

¹¹ Sobre a Colônia Agrícola Nacional de Goiás ver Pessoa, 1999a.

essa diferença o fato de este município estar recuado em relação à estrada de ferro. Em estudo comparativo sobre a produção agropecuária dos dois municípios, entre 1940 e 1950, a autora conclui que nesse período, ao contrário de Pires do Rio, “Orizona destacou-se como produtor de gado, milho feijão e, principalmente, arroz. Significativamente, o nome da cidade mudou, em 1943, de Campo Formoso para Orizona, região do arroz” (Loureiro, 1988, p. 39). Ao adjetivar o município como o maior produtor de arroz em Goiás, na década de 1940, Pereira Neto (1970, p. 67), também se refere a uma tendência a pecuarização da produção rural em Orizona: “em Campo Formoso, as terras férteis favoreciam à lavoura rizícola e as roças largadas davam as pastagens propiciadoras do alto padrão da criação de gado, atualmente [1970] em ascensão”.

A cronologia de Borges (1990) e Loureiro (1988) sobre a ocupação, povoamento e produção do Sul de Goiás, encerra-se nas décadas de 1920 e 1950 respectivamente. Pereira Neto (1970; 1991) não apresenta análise nem dados sobre esses aspectos, o que deixa uma lacuna de estudos específicos sobre o município de Orizona até as décadas de 1980 e 1990, momento em que David José Caume (1997) publica *A agricultura familiar no estado de Goiás*. Com o objetivo de “configurar os diferentes ambientes sócio-econômicos em que se insere a produção familiar” no Estado, o autor investiga alguns municípios, dentre eles Orizona (Caume, 1997, p. 23).

Mesmo que tenha sido um período sem análises específicas, não significa que o município esteve fora do conjunto de ações políticas, sociais e econômicas empreendidas a partir do final da década de 1940. As implicações políticas após a Segunda Guerra Mundial serviram de pressuposto da necessidade de transformações em toda a América Latina. Em razão dessa necessidade, a entrada de capital estrangeiro no país impulsionou a industrialização e a urbanização, o que mais uma vez exigia uma produção maior de alimentos e matérias-primas alimentícias. Goiás, um estado que já servia a esse fim, conheceu uma profunda alteração produtiva e populacional incentivada pela abertura da Rodovia Belém-Brasília, pela construção de Brasília e pelo baixo preço de suas terras em relação às do Centro-sul do país (Pessoa, 1999b).

No setor agrário, as transformações ocorridas são denominadas de modernização, ou de organização da produção em moldes empresariais (Graziano Neto *apud* Pessoa, 1999b). Segundo Lunardi (1999, p. 48), o pano de fundo para as mudanças que ocorreram nesse setor foi a criação, nos Estados Unidos da América, do

programa denominado 'revolução verde', que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícolas no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como a descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes, associados à utilização de máquinas e equipamentos.

Viria pela frente não só o incremento das técnicas de produção agropecuária, mas um eficiente processo de expansão da grande propriedade que acelerou ainda mais a expulsão do pequeno proprietário do campo. Constata Caume (1997) que Orizônia não esteve fora desse processo de concentração fundiária.

Estabelecendo como parâmetro de pequena propriedade ou estabelecimento familiar quinhentos hectares para as regiões Sul e Sudeste e mil hectares para as demais, a pesquisa apresentada por Caume (1997) revela que 74,8% dos estabelecimentos agropecuários do Brasil são do tipo familiar e que esses ocupam 22,2% da área total do país. Na Região Centro-Oeste 43,1% das propriedades são classificadas como pequenas e correspondem a apenas 4,9% da área total. Segundo o autor, esses dados confirmam o peso da concentração agrária na região.

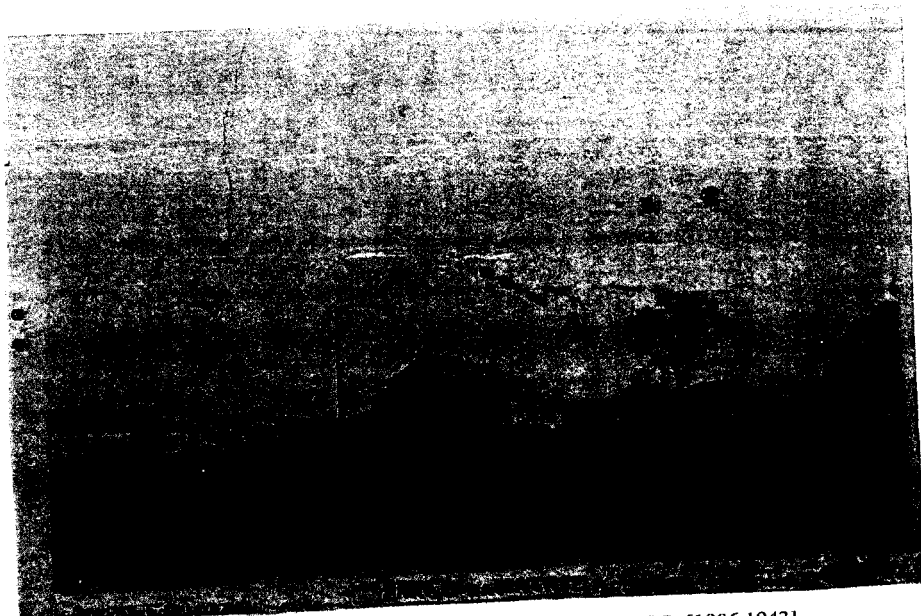
Na região, o setor familiar é responsável por apenas 8,8% do valor total da produção agropecuária, o que configura um processo de marginalização da produção familiar em uma região onde a pecuária de caráter extensivo e as grandes monoculturas de arroz, soja, cana-de-açúcar e milho foram competentes no sentido de catalisar os benefícios oriundos das políticas públicas. (Caume, 1997, p. 12- 13)

Esse quadro de concentração da grande propriedade, nacional e regional também se verifica em Orizônia, em menor grau como já foi anunciado, onde 84% dos estabelecimentos são pequenos e médios (até 200 ha) e detêm 42% da área total do município. Da área ocupada pelos pequenos produtores, 24% correspondem a lavouras, sobretudo de arroz e milho, e 76% a pastagens. Além do que, 78% do total de propriedades do município praticam a pecuária como atividade econômica principal (Caume, 1997). A tendência à pecuarização, remonta suas origens no decorrer da década de 1940, conforme registraram Pereira Neto (1970) e Loureiro (1988). O predomínio da pecuária leiteira e não o da pecuária de corte apresenta o município como o de maior índice de produtividade de

leite do estado de Goiás¹². É possível verificar momentos em que essa tendência se acentua com as ações das entidades rurais no município, que há mais de cinco décadas vem se constituindo dando prioridade à produção de leite. É possível, também, que o trabalho de muitos agentes tenha garantido melhores condições na qualidade de vida do homem do campo, contribuindo para o enfrentamento das dificuldades oriundas deste contexto, sem passar pelo abandono da terra. A fala de um dos fundadores da primeira associação de pequenos agricultores do município revela que o associativismo rural foi pensado como uma possibilidade de permanência na terra:

o associativismo em Orizona foi a fórmula que nós pequenos produtores encontramos, para que esse mesmo pequeno produtor permanecesse no meio rural, ou seja, continuasse fazendo parte do produtor, ou seja, produzindo e conseguindo manter sua família e principalmente produzindo alimento para aqueles que moram na cidade. (Entrevista com João Bosco Mesquita, 1999)

¹² Trata-se em comparação com os municípios de Formosa, Goiás, Itapuranga e Rio Verde, conforme Caume (1997). Mesmo que seja um dado estabelecido em relação a seis municípios, entre os agentes envolvidos diretamente com a produção de leite no município de Orizona há uma tendência à generalização deste índice para o estado.



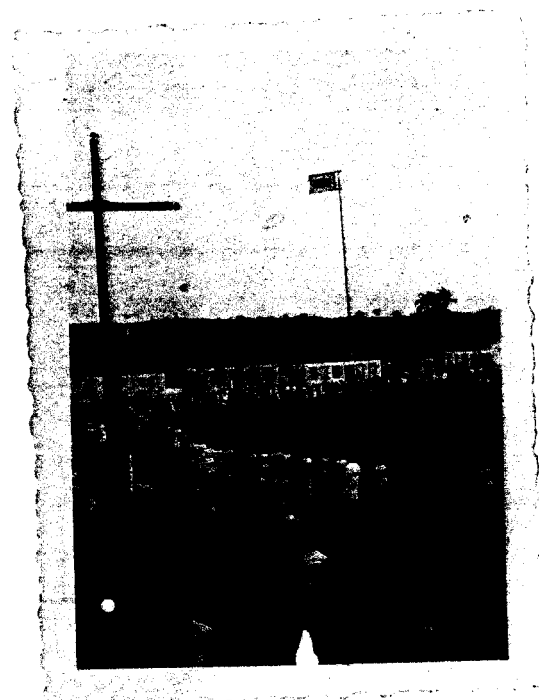
Fonte: Arquivo pessoal do Professor Paulo Acácio de Souza – Orizona–GO, [1906-1943].

Figura nº 1 – Primeira construção da Igreja Matriz de Orizona



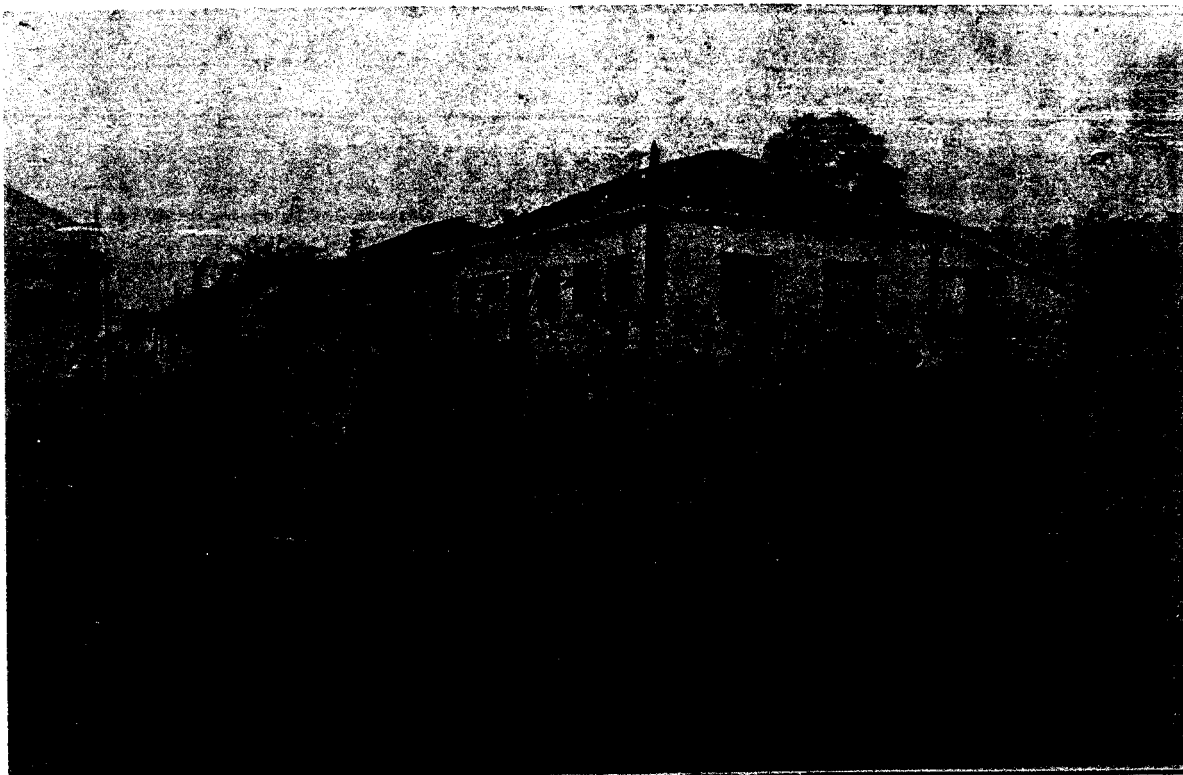
Fonte: Arquivo pessoal do Professor Paulo Acácio de Souza – Orizona–GO, [sem data].

Figura nº 2 – Primeiras construções do Largo da Matriz de Orizona, à época da Capela dos Correias



Fonte: Arquivo pessoal do Professor Paulo Acácio de Souza – Orizona–GO, [sem data].

Figura nº 3 – Festa religiosa no Largo da Matriz de Orizona, provavelmente à época da Capela dos Correias



Fonte: Arquivo pessoal de Maria Cláudia de Castro e Souza – Comunidade Firmeza – Orizona-GO, [sem data].

Figura nº 4 – Carro de boi no Largo da Matriz de Orizona, provavelmente à época da Capela dos Correias ou Campo Formoso



Fonte: Arquivo pessoal de Alzira Teodora de Jesus – Comunidade Água Grande – Orizona-GO, [1951].

Figura nº 5 – Alunos do Mestre Escola Lourenço de Souza Bastos



Fonte: Arquivo pessoal de Terezinha Teodora de Jesus – Orizona–GO, [final da década de 1930].

Figura nº 6 – Grupo de amigos em dia de festa



Fonte: Arquivo pessoal de Terezinha Teodora de Jesus – Orizona–GO, [final da década de 1950].

Figura nº 7 – Grupo de amigos em mutirão de bateção de pasto

CAPÍTULO II

A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DOS AGENTES RURAIS EM ORIZONA

A palavra da Igreja fez ver a todos quanto a Igreja deseja ver seus filhos acompanhar, seguir, e tirar bons proveitos do que a ciência, a técnica, o progresso nos podem dar para contribuir para uma situação mais humana de seus filhos, de modo que possam mais partir-se em condições mais dignas de homens e de filhos de Deus. (Livro de Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Piedade – Orizona–GO (PNSP, 1960, p. 7))

A Apamac é apenas uma das muitas associações de pequenos agricultores que existem em Orizona e o associativismo rural é somente uma das várias formas de organização constituídas no município com interesses canalizados para o rural. Se ela é uma unidade em uma diversidade, antes de mergulhar em suas particularidades e nelas encontrar práticas educativas, é necessário conhecer os princípios, regras, expectativas, motivações, oposições, alianças que construíram e movem a existência desse universo.

Para chegar a esse objetivo fez-se, a opção por relatar o processo de constituição de cada entidade com base em bibliografia, depoimentos, entrevistas, análise de documentos, que além de contribuir para compreender a Apamac em um universo amplo e heterogêneo, ainda pretende apresentar duas questões. A primeira se é possível com o processo de construção das entidades rurais em Orizona justificar a *realidade diferente* apresentada na introdução ao primeiro capítulo visto que o povoamento e a ocupação fundiária no município foi uma história da grande propriedade, em nada diferindo dos contextos nacional e regional. A segunda se existe de fato uma relação harmoniosa entre as entidades manifestada, sobretudo, pela presença da maioria delas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR).

2.1 Igreja Católica e Partido Comunista Brasileiro definem as primeiras ações

Tivemos palestras feitas pelo (...) Sr. Arcebispo metropolitano, que soube dar um sentido cristão a essa semana em que se falava sobretudo da matéria. Fez ver de maneira clara a missão e o desejo da Igreja em relação ao homem e à vida do campo. (PNSP, 1960, p.1)

Dos agentes que ora estão em disputa pelo controle político no campo das organizações rurais no município de Orizona alguns deles se constituíram com ações desencadeadas pelo PCB que tinha a intenção de fazer *a revolução* não apenas com os trabalhadores urbanos, mas também com os rurais, além de (re)ações da Igreja Católica, dos fazendeiros e do poder público. Pode-se afirmar que ações e (re)ações trouxeram à luz formas sistemáticas de organização dos interesses em diferentes espaços do rural no Brasil.

Inicialmente, é útil recorrer ao registro de uma ação vinda do rural, provavelmente quando o município era ainda Capela dos Correias, não por reconhecer nesta algum vínculo com as organizações atuais, mas para dizer algumas palavras sobre a imagem do homem do campo construída ao longo da nossa história.

A resistência ao sorteio para recrutamento militar, movimento de tentativa de queima de cartório, foi denominada por Pereira Neto (1970, p. 113-115) como *revolta desordeira*: “os revoltosos (...) vieram da boca da mata (...) armados de carabina, garruchas, revólveres, espingardas chumbeiras, etc”, e, quando avistaram a cidade, enviaram um emissário para avisar aos moradores do ataque que se aproximava. O ataque, estranhamente anunciado, provocou a ida, a pé, de um “mediador pacifista ou herói pacifista” até os revoltosos, convencendo o líder do bando a propor a retirada, recuando diante dos perigos que corriam: “partiram para suas casa, mas o chefe do movimento jamais botou os pés na cidade. Homem de brío. Mas antes de irem embora deram uma enorme descarga de tiros”.

Gohn (1995, p. 48) esclarece que o movimento contra o recrutamento militar ou queima de cartório se deu em âmbito nacional, entre 1873-1885, cuja

especificidade é dada pelo fato de que ser recrutado significava uma verdadeira punição, pois era um candidato à morte nas guerras e aventuras em que o governo se envolvia com os países limítrofes, além da certeza de um tempo de vida que era uma tortura. O regime dos quartéis era de castigos e serviços pesados. Na realidade quem era recrutado era a chamada arraia-miúda.

Por arraia-miúda entenda-se escravos, desordeiros, malfeitores, ou qualquer outro tipo de gente pequena como trabalhadores ou pequenos proprietários rurais, que dificilmente escapariam do sorteio militar. Ao mostrar e analisar a conjuntura militar do Império e da província goiana à época da Guerra do Paraguai, Martins (1983) mostra as privações e as provações pelas quais estavam submetidos os combatentes. Cólera, beribéri, varíola, fome, chuvas, deserções, escassos meios de transporte e de comunicação eram fatores, dentre outros, que dizimavam mais soldados do que os combates com o inimigo. A *sorte* ainda reservou aos sobreviventes goianos um difícil retorno. Ainda segundo Martins (1983, p. 68),

depois de concluída a sua atuação na defesa do território brasileiro, (...) foram em Cuiabá dispensados de continuar o serviço militar, pelo presidente de Mato Grosso. Em consequência, (...) foram retornando esparsos, por seus próprios meios, o que tomou Goiás a única província que não recebeu seus filhos com as honras que mereciam.

Resistir ao exército era tido como gesto de insurreição contra a religião, a nação, o imperador, a província, a pátria, a guarda nacional, já que em nome destes que era feito o recrutamento, de início, voluntário, mas depois, compulsório. A dominação, nesse caso representada pelo exército, provocou uma reação dos dominados e, provavelmente esteja nessa reação uma das primeiras tentativas organizadas da arraia-miúda rural de resistir ao poder, apesar da pecha de revoltosos, de desordeiros e de baderneiros. Para dizer do “mêdo que a ignorância imprime num povo analfabeto e impatriótico”, Pereira Neto (1970, p. 85-86) ainda adjetiva de pitoresca a resistência ao sorteio militar ao contar a história de “um bando de rapazes” que se escondeu na mata por cerca de seis meses com medo de serem enviados para a guerra. Amoitados, os rapazes souberam de um mutirão de bateção de pasto e resolveram se arriscar no ajuntamento. Durante o baile, lá pelas altas horas “um gracegista” solta o grito de “Óia a capitura!” Foi o bastante para dar fim ao pagode.

Se a desqualificação é uma importante estratégia usada pelo poder para construir a imagem do desordeiro, a omissão é igualmente eficaz na construção da imagem do passivo – ou do pacífico. Esse segundo aspecto sugere um questionamento do cunho harmonioso presente na história oficial sobre a ocupação e povoamento do município. Uma prova dessa omissão oficial é o trabalho de Loureiro (1988) que reconstitui um outro momento de luta do roceiro de Orizona. Para a autora, é pouco provável que os pequenos proprietários que foram expulsos do campo, sempre que nova frente pioneira chegava,

tenham aceitado pacificamente deixar para trás a terra de trabalho. “O que existe, provavelmente, é que essas lutas foram omitidas na história oficial de Goiás (...), pois a História Oficial é empática com os vencedores e exclui a outra classe dessa memória, na qualidade de vencida”, afirma Loureiro (1988, p. 21-23).

Esse novo momento aconteceu entre 1948 e 1952 na região denominada Campo Limpo, localizada entre os Rios Corumbá e Piracanjuba. A Luta do Arrendo, como ficou conhecido o movimento, constituiu-se em um conflito que envolveu camponeses, mediados pelo PCB, em oposição aos fazendeiros, prefeituras municipais de Pires do Rio e Orizona, polícia e governo estadual. Os camponeses envolvidos contaram com o apoio da Igreja Católica Apostólica Romana, da Igreja Apostólica Brasileira, dos espíritas, dos trabalhadores urbanos e dos comerciantes.

Inicialmente, a Luta do Arrendo desenrolou-se tendo como objetivo a baixa da taxa de arrendo, mas o impasse e a violência deram-se quando os camponeses decidiram por uma outra questão além do cumprimento da taxa do arrendo, ou seja, quando decidiram pela ocupação das terras de Campo Limpo. O PCB¹ que atuava como agente educativo da Luta do Arrendo incentivou a ocupação e a derrubada da mata, mesmo com a posição contrária do PCB local. Os dois momentos da luta são bem distintos, como relata um informante de Loureiro (1988, p. 66): “na Luta do arrendo, foram mobilizados uns trezentos camponeses e na luta de ocupação de terras participaram dezesseis. Os outros camponeses não se arriscaram. Todos queriam ter a terra para trabalhar, mas não tinham coragem de enfrentar a repressão”.

A ocupação da mata em Campo Limpo despertou medos, ódios, indignação, boatos, pois o que motivava aquele momento da luta não era mais o cumprimento de uma taxa. A conquista de terra colocou em questão a propriedade privada, dando ao movimento um caráter político de alcance mais amplo e sensibilizando de modo mais ou menos acentuado as diferentes categorias de aliados.

Por aliados da Luta do Arrendo, Loureiro (1988) chama aquelas categorias que apoiaram de alguma forma os camponeses ou os proprietários das terras de Campo Limpo, e também aqueles que ignoravam o que acontecia. Os simpatizantes dos

¹ O PCB, por meio dos encaminhamentos da Aliança Operário-camponesa em 1928, atuou de forma efetiva no meio rural brasileiro somente na segunda metade da década de 1940. Com uma política de apoio ao governo, nesse momento de democratização internacional, o PCB defendia a revolução brasileira, mas não sem antes acontecer a revolução democrático-burguesa. Neste contexto, surgiram as Ligas Camponesas. A primeira, delas em Uberlândia, em 1946. Em Goiás seguiram os trilhos da estrada de ferro sendo criadas nos municípios de Catalão, Nova Aurora, Urutai, Pires do Rio, Orizona e Goiandira (Loureiro, 1988; Pessoa, 1999b).

camponeses disseram “que a causa do arrendo era justa, mas invadir a propriedade privada era diferente”. Os que assistiam a tudo calados levantaram campanha contra a ocupação. Uma possível conquista da terra pelos camponeses, por meio da ocupação e não pela compra, significaria a quebra da hegemonia da grande propriedade, o que constituía uma “falta de respeito” como disse um ex-proprietário de Campo Limpo e informante de Loureiro (1988). O respeito à propriedade privada respaldou a opinião pública e a repressão contra os camponeses.

O *homem de brio* que recuou e nunca mais voltou à cidade na história de Pereira Neto (1970) e os camponeses de Campo Limpo que faltaram com o respeito à propriedade alheia, como disse o informante de Loureiro (1988), são expressões de uma imagem dos trabalhadores rurais estrategicamente produzidas pela História Oficial, quando esta se dispõe a mensurá-los: “numa situação de subordinação e inferioridade diante dos patrões e de passividade diante das injustiças e desmandos a que são submetidos” (Lunardi, 1999, p. 32-33). São os personagens tradicionais, os caipiras, os avessos ao progresso, mesmo quando aparecem organizados em defesa de seus interesses como nas situações citadas. São em geral identificados como

alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando (...). Essa exclusão ideológica é tão profunda, tão radical, que alguns dos mais importantes acontecimentos políticos da história contemporânea do Brasil são camponeses e, não obstante desconhecidos não só da imensa massa do povo, como dos intelectuais, (...). a história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores de esquerda, é uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político. (Martins, *apud* Lunardi, 1999, p. 33)

Os camponeses de Campo Limpo encontraram, pela mediação do PCB, uma forma de expressar a condição de não-proprietários da terra de trabalho na qual até então estavam aprisionados nas relações estabelecidas pelas condições de morador, de agregado, de camarada. A explicitação dessa situação, o grande ganho da luta para os trabalhadores, provocou no lado *desrespeitado* uma reorganização de suas ações. A primeira providência tomada, e, para isso, a repressão armada teve importante papel, foi a reconstrução da memória do movimento. Os lados diretamente envolvidos assumem posições e reações diferentes quanto aos resultados do movimento:

Os fazendeiros falam sobre a Luta do Arrendo sem constrangimento ou temor. Agigantam mesmo a sua dimensão, e referem-se a ela como um mal debelado e do qual foram as principais vítimas. (...) [Os]

remanescentes da luta na região são arredios e mostram-se temerosos de abordar o assunto. Trata-se de algo que desejam esquecer. Tendo sido reprimidos, tem pavor de passar novamente pela experiência. (...) O fazendeiro foi o vencedor; nada teme. Fala do acontecimento sem rodeios; continua com poder. Os camponeses, ao contrário, continuam oprimidos; foram e são vencidos. Muitos têm a temer. Por isso são reticentes ao falar do assunto, temem nova represália. (Loureiro, 1988, p. 98-99)

Durante entrevista com um informante, desta pesquisa, Joaquim Ribeiro, que participou das primeiras organizações rurais oficializadas – Associação Rural de Orizona (ARO), CSRO, Sindicato Rural de Orizona (SRO) –, declarou que não tivera conhecimento da Luta do Arrendo. A pesquisadora relacionou a luta à pessoa do senador José da Costa Pereira, que teve papel importante no desfecho do movimento de Campo Limpo e que era amigo do informante. Joaquim Ribeiro lembrou-se de vários outros acontecimentos da época envolvendo o senador, mas encerrou a entrevista dizendo: “nunca vi falar nisso não”. Alguns meses após a realização da entrevista, a pesquisadora recebeu um recado que Joaquim Ribeiro queria falar com ela. Durante o encontro, o informante disse que foi investigar e lembrou-se que houve mesmo um *acontecimento* na região de Campo Limpo, mas achou duvidosa a participação do senador, já que nunca haviam conversado sobre isso e que se ele realmente participara do desenrolar da Luta foi tomando providências fora do município. Ao ser perguntado se lembrava do que havia acontecido com os trabalhadores, ele respondeu que a maioria mudou-se para a região de Ceres–GO, pois o governo estava “dando terra de graça por lá”. Ele concluiu a conversa dizendo que o *acontecido* foi orientação de gente de fora, que vinha de Catalão–GO e de Uberlândia–MG instruindo o povo a fazer aquelas coisas, “não era coisa de gente daqui não”. As lembranças de Joaquim Ribeiro ratificam uma outra conclusão de Loureiro (1988, p. 98) sobre a Luta do Arrendo:

a opinião pública no geral esqueceu-se dela ou minimizou a tal ponto sua importância que ela se tornou insignificante. A luta é explicada como simples ‘coisa do partido’; nesse aspecto é impressionante o poder da ideologia dominante, que não só rechaça da história oficial a luta dos vencidos, como também consegue apagá-la da memória de suas testemunhas.

Mesmo que não tenha havido uma continuidade da ação das Ligas Camponesas² no município desde o final da Luta do Arrendo, de qualquer modo deve-se ressaltar a atuação do PCB como fio condutor da reorganização das formas de luta dos fazendeiros, poder público e Igreja Católica para se chegar à ARO³, ao CSRO⁴ e ao SRO⁵ como primeiros agentes constituídos e oficializados – e depois deles vários outros – para jogar o jogo, para estar à frente, para garantir que sua voz seja a verdadeira e que seu projeto de ação seja o legítimo. No jogo está implícita a luta, um dos princípios geradores do conceito de *campo*, em Bourdieu (1983), aqui apropriado, ainda que de forma *conceitual tópica* (Catani e Pereira, 2001) para tentar superar a aparente harmonia presente entre os vários agentes rurais em Orizona. Tal aparência ganha visibilidade no uso corrente de certos termos, como parceria e companheiros, frequentes nas falas representativas das entidades e que podem ser expressos na frase: há “um momento que as entidades rurais de Orizona são capazes de se sentar à mesma mesa sem brigar”⁶. Em Bourdieu (1983, p. 106) a luta não é entendida como conspiração, como estratégia para supressão do lado oponente, mas como garantia da continuidade do campo:

num campo, os agentes e as entidades estão em luta, com forças diferentes e segundo as regras constitutivas deste espaço de jogo, para se apropriar dos lucros específicos que estão em jogo neste jogo. Os que dominam o jogo o campo possuem os meios de fazê-lo funcionar em seu benefício; mas devem contar com a resistência dos dominados.

Ao falar da fundação do CSRO, Joaquim Ribeiro remete ao anúncio da primeira⁷ intenção da Igreja Católica em atuar sistematicamente no meio rural. Pelo documento *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural*, produzido em 1950 na 1ª Semana Ruralista realizada pela Diocese de Campanha–MG (Pessoa, 1999b), a Igreja adiantava-se na defesa dos direitos dos trabalhadores e de apoio a uma reforma agrária assentada na propriedade familiar. O documento da Diocese de Campanha propõe uma

² Para maior conhecimento sobre a história, avaliação e significados da Ligas Camponesas ver Azevedo (1982).

³ Fundada em 14 de outubro de 1954.

⁴ Fundado em 23 de junho de 1960.

⁵ Fundado em 15 de janeiro de 1968.

⁶ Palavras de José Augusto Pinto Ribeiro, monitor da Efaori, quando participava de uma atividade didática – Colocação em Comum – em que os alunos discutiam sobre a constituição das entidades rurais do município.

⁷ De acordo com Gohn (1995), não há registros que a Igreja Católica tenha assumido posições de forma organizada e oficial, antes da década de 1950, sobre a questão agrária. Anterior a esse período, constam participações expressivas de membros do clero que atuavam como líderes, assessores ou ideólogos em lutas ou movimentos, mas isso não significa que o Igreja tivesse um projeto político-social de atuar junto dos menos favorecidos. O seu papel fundamental era o de diluidora de conflitos.

ação conjunta da Igreja, do Estado e dos proprietários como forma de melhorar as condições de vida do homem do campo, mas não questiona a estrutura fundiária. Embutida na ação religiosa, havia a intenção de se antecipar aos avanços da atuação do PCB no campo, que vinha ganhando expressiva experiência como no caso da Luta do Arrendo em Orizona, e já se admitia a possibilidade da luta armada com o objetivo de tomar o poder. Um dos caminhos decisivos para isso passava pelo redimensionamento da proposta comunista para o meio rural: a terra é de quem nela trabalha. Por intermédio da Igreja, a modernização agrícola chegou a Orizona:

O que eu lembro bem dessa Semana é que eu acho que quem encabeçou foi o D. Fernando que era arcebispo de Goiânia na época. Era uma época de outras festas também. Tinha umas festas de igreja e aí veio esse pessoal ficar aí uma semana. Foi uma Semana Ruralista. Então tinha técnico veterinário, da agricultura; tinha médico, da medicina. Então eles deram assim um resumo de uma orientação pro povo. Em cada sentido desse teve um pouquinho. (Entrevista com Joaquim Ribeiro, 2002)

Era necessária uma intervenção externa na agricultura pra incorporá-la “ao modelo de sociedade que se estava gestando, mais dinâmica, moderna complexa e, sobretudo urbano-industrial” (Linhares & Teixeira da Silva, 1999, p. 143). No entanto, a intervenção foi muito mais ligada à modernização do que a alterações da estrutura fundiária do país. Em outras palavras, em substituição à posse da terra de trabalho, a máquina, o remédio, o adubo, a semente. Dadas as precárias condições de vida no rural brasileiro à época, não é de se estranhar que a modernização foi uma medida – ou uma estratégia – eficaz para apaziguar os mais afeitos por uma redistribuição da terra. A qualidade de vida em Orizona na década de 1950 foi descrita em detalhes por Joaquim Ribeiro, a quem foi perguntado o tipo de orientação recebida pelos participantes das Semanas Ruralistas:

Naquele tempo não tinha veterinário, não tinha agrônomo e médico era médico que tinha uma pastazinha, ia nos doente aplicar injeção todo dia e aquela coisa. Então era uma orientação assim do comportamento de quando uma pessoa arranjasse uma doença; falava muito esse negócio de gravidez, de parto e os costumes que o povo tinha em relação. Na parte da saúde foi uma coisa que eles falou muito. Esse negócio de sarampo, naquela época não tinha vacina; de varicela, como que as pessoas devia comportar. Porque o povo tinha uns remédios estragados, arranjava esses trem assim: pra sarampo fazia cada remédio pra não recolher e isso e aquilo; dava banho de nas pessoas que tava com varicela com água de cocô de vaca pra não dá infecção. Então esse trem assim. Então eles falaram muito nesses trem assim. Olha o que eu lembro eles falaram mais

em horta. Ensinando preparar canteiro, não era tempo do adubo ainda. Então preparar o canteiro, como fazer a muda, plantar a muda. Mas a roça mesmo, arroz, milho, esses trem eu não lembro de nada que eles falou nisso. De gado também eu não recordo de nada que eles falou, porque naquele também não existia mineral. Não tinha remédio, não tinha produto veterinário, nem nada. Então eu lembro deles falar sobre as doenças, mas não lembro que ele falou em mais alguma coisa e nem eu nem ninguém não mudou nada em relação a gado nesse período. Essas coisas veio acontecendo depois. (Entrevista com Joaquim Ribeiro, 2002)

As três Semanas Ruralistas que aconteceram em Orizona foram realizadas juntamente com exposições agropecuárias. Além da Igreja, dos poderes público municipal e estadual que em si já eram representados pelos fazendeiros, a organização dos eventos contava também com uma representação específica dos patrões – a ARO – que patrocinava e registrava em atas a organização e os resultados das Semanas. A primeira delas, em 1960, foi sugerida pelo vigário local, ao participar de uma reunião da ARO no salão de festas da paróquia. O padre disse que

via que Orizona seria o celeiro de Brasília e que se poderia realizar aqui a semana ruralista por intermédio do Sr. Arcebispo Dom Fernando Gomes dos Santos, a quem por uma concessão especial do Ministério da Agricultura, vai indicar o município para a realização desse certame, sendo esses assuntos bem aplaudidos pelos presentes. (ARO, 1954, p.15)

Em outra assembléia, realizada na sacristia da Igreja e sem a presença do vigário, a ARO concluiu que a primeira Semana Ruralista teve um “grande aproveitamento de todos os ensinamentos referentes à agricultura e pecuária”(ARO, 1954, p. 19)⁸. Segundo Joaquim Ribeiro, no fim da programação foi proposto que “então tinha que criar alguma coisa, ficar alguma coisa registrada pra tocar dali frente, porque se não entrava no esquecimento”. Essa *coisa*, colocada como o grande “marco da Semana Ruralista (...) com imenso benefício do nosso povo”, foi a criação do CSRO. No entanto, a leitura da ata de fundação sugere que a criação do CSRO já estava articulada anteriormente e era parte da programação, pois

o Vigário da Paróquia, abriu a reunião, expondo os motivos porque estavam decididos a organizar a sociedade. Disse que o assunto tinha estudado em reuniões anteriores, inclusive os Estatutos, agora em redação final que passava a ler para possíveis modificações e para conhecimento de todos. (CSRO, 1960, p. 2)

⁸ A primeira Semana Ruralista aconteceu de 18 a 24 de junho de 1960.

Presidida por D. Fernando Gomes do Santos, Arcebispo Metropolitano de Goiânia, a assembléia anunciou que poderiam ser sócios da nova entidade as “pessoas maiores, de boa formação e conduta irrepreensível, de espírito comunitário e dedicadas ao próximo”. Os fins e meios também foram listados:

- promover o bem espiritual, material, moral e social do Povo, especialmente da infância e juventude pelos meios:
- a) compreensão e disciplina da vida em comunidade;
 - b) formação do cooperativismo, nas suas diferentes modalidades, de conformidade com as leis que regulam o assunto;
 - c) instituição ou incremento de colégios, escolas, parques infantis, clubes recreativos, literários, agrícolas, de mães, e outras iniciativas que sejam úteis ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da pessoas, da família e dos grupos sociais;
 - d) promover a formação e elevação do homem do campo, visando a fixá-lo em seu meio; levar ao campo os recursos da educação, da técnica e dos métodos modernos, no sentido de valorizar o homem da terra. (CSRO, 1960, p. 2-7)⁹

Se a fundação do CSRO foi apresentada como marco da primeira Semana Ruralista, as atividades de lazer, a presença de veterinários e agrônomos, as aulas sobre economia doméstica, e um *rebanho domesticado* aparecem como conquistas e méritos das outras Semanas Ruralistas:

A exposição ocorreu em paz, ambiente de respeito e frequentado por autoridades e pessoas de vários municípios. (...) Durante a festa houve bailes, e rodeios e disputa de bola com a cidade de Vianópolis. A Semana Ruralista foi presidida pelo Exmo.º e Revm.º Dom. Fernando Gomes nosso Arcebispo. Foram nossos mestres vários agrônomos, médicos, veterinários e economia doméstica. O povo do município e da cidade colheram grandes proveitos com os ensinamentos. (ARO, 1954, p. 22)¹⁰

Verificou-se nos dias em que se efetuou a Exposição Agro-Pecuária, uma proveitosa Semana Ruralista (...). Viu-se a classe rural de Orizona grandemente beneficiada pelo Serviço Social Rural, Fomento Animal, Fomento Agrícola e ACAR de Goiás. Verificou-se também, e com grande satisfação, que Orizona é a única cidade em que, até hoje, foram realizadas três Semanas Ruralistas e juntamente três Exposições Agro-Pecuárias pela atividade exclusiva da Associação Rural local, não acontecendo sacrificio financeiro aos associados. (...) deixando em Orizona e aos visitantes impressões ótimas, em consequência de os animais bovinos, equinos e suínos terem se apresentado bem mais

⁹ Das 21 assinaturas que constam na ata de criação do CSRO, uma é a do vigário do município Pe. João do Carmelo Xavier e outra é a de D. Fernando Gomes dos Santos; e outras 11 constam também no livro de atas da ARO.

¹⁰ A exposição e segunda Semana Ruralista aconteceram de 17 a 25 de junho de 1961.

domesticados, que em outras exposições anteriores. (ARO, 1954, p. 23-24)¹¹

Fica evidente que o empreendimento de modernizar a agricultura brasileira não contou só com a Igreja, com o Estado ou com os fazendeiros. Os acontecimentos citados nos registros da ARO são um bom exemplo disso. A presença do vigário, do juiz de direito e de funcionários do Ministério da Agricultura nas reuniões, os vários sócios ligados aos poderes executivo e legislativo locais, as assembleias realizadas ou na sala de audiências do fórum ou no salão de festas da paróquia, e até na sacristia, a visita de um Senador da República a uma das reuniões; a presença da Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar-GO)¹² na última Semana Ruralista são particularidades que não deixam dúvidas sobre as intenções de companheiros de longa data – latifundiários, Estado e Igreja – atuando no mesmo campo como partes interessadas no monopólio político das instituições rurais em Orizona naquele momento. As questões referentes à terra não eram assunto para ser deixado ao PCB e a seus camponeses.

A repressão e o controle das decisões da justiça e da representação pública em níveis municipal, estadual e federal foram instrumentos eficazes nas mãos do setor patronal para impedir qualquer avanço dos trabalhadores rurais, mesmo em relação à compra de ferramentas e produtos veterinários; e às informações sobre o uso da terra, ou seja, sobre a modernização. É pouco provável que os não-proprietários tenham participado diretamente dos *ensinamentos* nas Semanas Ruralistas, e não há registro sobre sua participação. A leitura das atas da ARO apenas supõe que o evento serviu como uma ponte para fazer chegar aos seus agregados, peões, moradores, vaqueiros os instrumentos de trabalho, ou qualquer outra novidade modernizadora. O prefeito “doou a esta Associação um trator e verba que vem beneficiar a laboriosa classe ruralista deste município” (ARO, 1954, p. 2). Essa conquista está registrada na primeira ata da associação. Mais adiante, o Ministério da Agricultura também contribuiu com um debulhador de milho manual, um cortador de forragem manual, um engenho de cana, trinta foices, 96 enxadas largas de 2 ½ libras e 48 estreitas de 2 ½ libras, além de dez arados. “Os arados serem vendidos ou emprestados aos associados, as foices e enxadas

¹¹ A exposição e a segunda Semana Ruralista aconteceram de 23 a 26 de junho de 1962.

¹² A Acar-GO foi fundada em 03 de março de 1959 tendo como membros fundadores o Governo do Estado, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), a Federação das Indústrias do Estado de Goiás, a Federação do Comércio do Estado de Goiás e a Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás. Em Orizona a criação de escritório local da Acar data de 10 de janeiro de 1966.

serão vendida a preço de custo, os outros objetos serão vendidos ou devolvidos ao Posto de Agricultura”, indica a ata da reunião (ARO, 1954, p. 2).

O melhor exemplo do controle exercido pelas forças presentes naquele momento foi, provavelmente, uma assembléia realizada na sala de audiência do fórum local, em que estavam presentes além de trinta sócios¹³, um diretor do Ministério da Agricultura e outro do Hospital Veterinário de Goiânia, o juiz de direito do município, o Cônego Antônio Ribeiro de Oliveira e o Senador José da Costa Pereira. Interrogados pelo senador, os técnicos responderam a questões sobre doenças em laranjeiras, porcos, galinhas e bezerros, o processo de fazer adubo e o modo de empregá-lo, o combate às saúvas e a insetos em geral. A participação do senador José da Costa Pereira¹⁴ foi além de encaminhar os assuntos. Ele pediu, em nome da Associação, ao diretor do Ministério da Agricultura, algumas enxadas: “se fosse possível mandar à dita associação mil enxadas, este [o diretor] depois de alegar o aumento de custo das mesmas, prometeu que mandaria” (ARO, 1954, p. 7).

No último registro da ARO há a renúncia do presidente, alegando dificuldades por residir fora da sede da associação e a sua afirmação sobre a “necessidade de atualização da Associação Rural em face dos movimentos nacionais de reestruturação e reorganização agrárias” (ARO, 1954, p. 30).¹⁵

Esses “movimentos nacionais de reestruturação e reorganização agrárias”, motivos da preocupação do presidente da associação que renunciava foram, nas palavras de Lunardi (1999, p. 55), transformações que se expressavam e se aglutinaram, “principalmente, quanto à reforma agrária, à extensão da legislação trabalhista à área rural e o direito à representação sindical”. Ponto de consenso entre as forças políticas que capitaneavam o controle do rural, tais transformações eram, ao mesmo tempo, um ponto de “difícil conciliação”, sobretudo, sobre a forma de serem conduzidas, causando divergências até mesmo no interior do PCB, da Igreja e do próprio Estado, o que constituíram elementos decisivos para o golpe militar de 30 de março de 1964, justamente sete dias após a ARO ter se manifestado preocupada com a questão agrária. A fala de Pedro Jacinto Pereira possibilita dar medida à preocupação da ARO:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orizona (STRO) teve uma articulação no ano de 63. Alguns companheiros tiveram a iniciativa de

¹³ O número é referente aos sócios que assinaram a ata.

¹⁴ O senador também esteve presente nas ações que desencadearam a repressão contra os camponeses da Luta do Arrendo. (Loureiro, 1988)

¹⁵ Ata assinada por somente oito sócios.

organizar pensando em criar um sindicato. Quando veio o golpe militar, em 64, tudo quanto era organização foi excluída. Esses companheiros que liderava, que deveria ser uma meia dúzia no município todo, sofreram muito, muita perseguição. É, esconderam. Ficou dias escondido com medo da repressão. Aí ficou todo mundo decepcionado o intimidado. (...) Essa idéia eu não sei informar aonde que ela nasceu. Aqui no Taquaral, que se chama Taquaral do Meio, o Seu Osvaldo Vieira era o líder que fazia frente, nesta região, pra organizar o pessoal desta região. Mas afirmo que pelo menos quatro regiões tava discutindo, pensando em organizar pra criar o sindicato. Esse Osvaldo Vieira é um dos que sofreu ameaças. Ele teve que fugir, ficar fora do município escondido por uma temporada, depois pra voltar, porque a polícia perseguia. (Entrevista com Pedro Jacinto Pereira, 2002)

Em sua obra *Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64)*, Guimarães (1988) cita uma relação de 39 sindicatos de trabalhadores rurais criados em Goiás nos anos de 1963/1964, orientados pelo MEB, pela Frente Agrária Goiana (Fago) ou pelo PCB, que estavam em disputa pelo controle dos sindicatos rurais. Dentre eles, há os de Silvânia, Leopoldo de Bulhões, Piracanjuba; e uma articulação para fundação em Cristalina, municípios próximos a Orizona. A presença da Fago em Orizona levou “a cabo maciça campanha de inscrições” que visava a “sindicalização de nossos elementos do Campo – pequenos, médios e grandes proprietários rurais (...) com a inspiração e orientação da Arquidiocese” (PNSP, 1960, p. 14). Dadas às ameaças sofridas pelos envolvidos com o movimento citado por Pedro Jacinto, e tendo em vista a preocupação manifestada pelos fazendeiros locais, é de supor que a idéia de criar um sindicato de trabalhadores rurais no município, em 1963, teve orientação do PCB, que mais uma vez estaria agindo entre os trabalhadores rurais no município. Ou seja, Fago e o PCB estariam atuando no município, pois “a maior quantidade de sindicatos decodificava-se em garantia de hegemonia sobre os trabalhadores e controle do processo político no campo” (Guimarães, 1988, p. 118).

Após a renúncia do presidente da ARO, seus sócios somente voltaram a reunir-se, no evento que transferiu as atividades da associação para a tutela do SRO. A finalização de um e a criação do outro durou de 7 a 15 de janeiro de 1968 e contaram com a presença da ACAR-GO, de um representante do Sindicato Rural de Goiânia e de um apurador de votos indicado pelo Procurador Regional de Justiça (ARO, 1954, p. 32-34). Joaquim Ribeiro é quem relembra o momento e encerra o caráter patronal da associação e do SRO: